



MUNICÍPIO DE AMARANTE

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2020

AMARANTE

CÂMARA MUNICIPAL

ALAMEDA TEIXEIRA
DL. RAZZOAI 5
4400-011 AMARANTE

T. 255 420 206
F. 255 420 291
geral@cm-amarante.pt



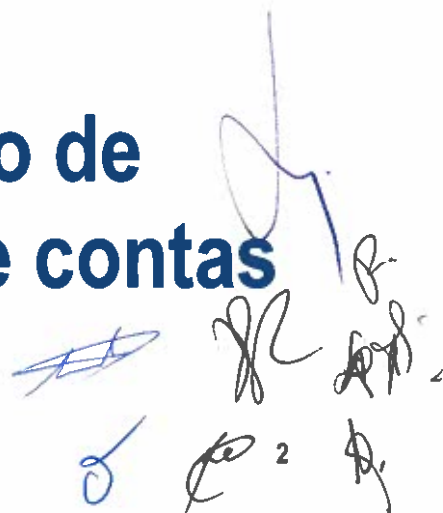
TERMINAL
AMARANTE



Handwritten signatures and initials in blue ink.



Relatório de gestão e contas





ÍNDICE	
MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
INTRODUÇÃO	9
CAPITULO I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS	10
CAPITULO II – REPORTING FINANCEIRO.....	13
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	13
1.1. RECEITA.....	18
1.1.1. RECEITA PRÓPRIA	19
1.1.2. TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS.....	22
1.1.3. FINANCIAMENTO BANCÁRIO.....	23
1.2. DESPESA	24
1.2.1. DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – DESPESA CORRENTE E DESPESA DE CAPITAL	24
1.2.2. DESPESA POR AGREGADOS ECONÓMICOS	26
1.2.2.1 ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO	26
1.2.2.2 INVESTIMENTO GLOBAL.....	29
1.2.2.3 SERVIÇO DA DÍVIDA.....	30
1.3. RESULTADO ORÇAMENTAL	31
1.4. PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS	33
2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	35
2.1. DESEMPENHO FINANCEIRO	35
2.2. Desempenho Económico	38
2.2.1. ANÁLISE DOS RENDIMENTOS.....	39
2.2.2. ANÁLISE DOS GASTOS.....	40
2.2.3. RESULTADOS.....	40
3. LIMITES LEGAIS.....	41
3.1. AFERIÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)	41
3.2. Equilíbrio Corrente (artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)	44
4. CONTABILIDADE DE GESTÃO	46
5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E PONTO 4.1 DA INSTRUÇÃO N.º1/2019 DO TdC	49
CAPITULO III – REPORTING DE ATIVIDADES.....	51
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	59
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	60
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	62
DOCUMENTOS ORÇAMENTAIS	106

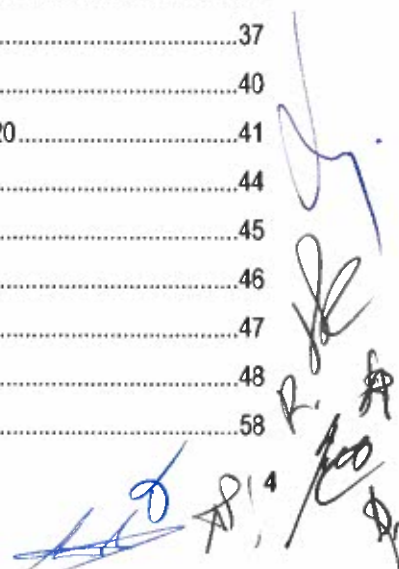
[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género	11
Quadro 1A - Trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género	11
Quadro 2 - Síntese da Execução Orçamental	13
Quadro 3 - Síntese da Execução Orçamental da Receita	14
Quadro 4 - Síntese da Execução Orçamental da Despesa	14
Quadro 5 - Resumo do Desempenho Orçamental.....	16
Quadro 6 - Análise Orçamental da Receita	16
Quadro 7 - Análise Orçamental da Despesa	17
Quadro 8 - Análise orçamental da Receita	19
Quadro 9 - Evolução da Receita Própria	20
Quadro 10 - Evolução da Receita Própria Proveniente de Impostos.....	20
Quadro 11 - Evolução de Outras Receitas Próprias	21
Quadro 12 - Evolução das Transferências Obtidas	22
Quadro 13 - Evolução da Utilização/Amortização de Empréstimos MLP	23
Quadro 14 - Evolução da Despesa por Classificação Económica Período Homólogo	25
Quadro 15 - Evolução da despesa por Classificação Económica.....	25
Quadro 16 - Evolução da Despesa por Agregados Económicos.....	26
Quadro 17 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género	27
Quadro 18 - Evolução da Despesa Aquisição de Bens e Serviços Período Homólogo.....	28
Quadro 19 - Desagregação do Investimento Direto	30
Quadro 20 - Resultado Orçamental (Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência).....	31
Quadro 21 - Resultado Orçamental	32
Quadro 22 - Evolução dos principais indicadores orçamentais	33
Quadro 23 - Estrutura do Ativo	35
Quadro 24 - Fundos próprios e passivo.....	36
Quadro 25 - Demonstração de Resultados.....	38
Quadro 26 - Estrutura e evolução dos rendimentos.....	39
Quadro 27 - Estrutura e evolução dos gastos.....	37
Quadro 28 - Resultados	40
Quadro 29 - Apuramento da capacidade de endividamento para o ano de 2020.....	41
Quadro 30 - Equilíbrio orçamental	44
Quadro 31 - Mapa de Cálculo de Amortizações Médias de Empréstimos	45
Quadro 32 - Contas analíticas de gastos	46
Quadro 33 - Classificação funcional dos gastos	47
Quadro 34 - Classificação dos gastos por grandes áreas funcional	48
Quadro 35 - Execução Orçamental das GOP's por Objetivos Estratégicos.....	58





ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos trabalhadores pelas diferentes Unidades orgânicas	10
Gráfico 1 - Evolução da receita cobrada.....	18
Gráfico 2 – Distribuição da receita.....	18
Gráfico 3 – Evolução dos principais impostos diretos.....	21
Gráfico 4 – Evolução da despesa paga	24
Gráfico 5 – Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência	31
Gráfico 6 – Evolução da poupança corrente.....	32
Gráfico 7 – Classificação funcional dos gastos	48

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



MENSAGEM DO PRESIDENTE

A prestação de contas públicas é um aspeto central da governança, um exercício de **transparência**, de **responsabilização** e um ato básico de uma democracia sólida.

Os documentos de prestação de contas de 2020 são o espelho da governança do executivo e evidenciam uma **situação orçamental e financeira equilibrada**.

Antes de abordar as principais notas de natureza orçamental e económico-financeira do exercício económico de 2020, saliente-se o contexto em que se desenvolveu a atividade municipal.

O ano de 2020 foi fortemente marcado pelo quadro de **pandemia COVID-19**, com efeitos nefastos na vida das pessoas, instituições e economia, em todo o mundo.

Esta pandemia causou e continua a causar danos irreparáveis a todos os níveis, com particular relevância na tragédia humana com desfecho fatídico para milhões de pessoas em todo o mundo.

Este foi o contexto marcante em que se desenvolveu a atividade municipal em 2020, correspondendo a um período de grande exigência e desafios para todos.

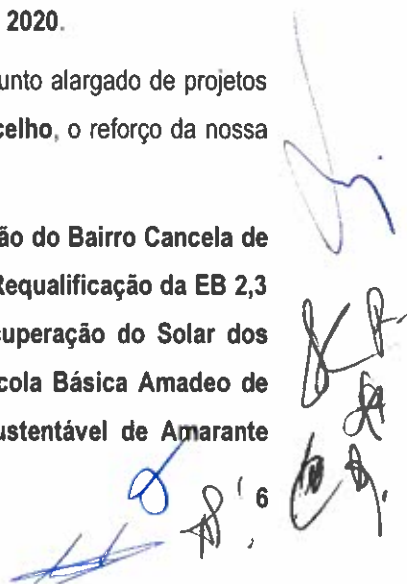
A pandemia em Portugal começou a produzir os seus efeitos em março de 2020, já no decurso da execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento e, cientes da gravidade da situação, o executivo promoveu o necessário ajustamento estratégico, desenvolvendo um conjunto de medidas de combate à COVID-19 e alocando os recursos necessários.

Destaque-se de entre as **medidas direcionadas às respostas no âmbito do combate à COVID-19**, RAC's - Resposta de Apoio à Comunidade (bens essenciais), Apoio às instituições de carácter social do concelho, FMES - Fundo Municipal de Emergência Social, Aumento de oferta de transportes públicos, Aquisição de computadores e routers para as escolas (ensino à distância), Adaptação de instalações municipais, Aquisição de material de proteção individual, de desinfeção e testes serológicos, operacionalização dos serviços municipais em regime de teletrabalho e no domínio do apoio à economia e ao comércio local através das iniciativas Dinamização do Comércio Tradicional "Viva o Natal na magia da economia local", "Comprar local" e Apoio redução/isenção de rendas e remunerações comerciais.

Procuramos neste período, de grande exigência e desafios, direcionar as políticas municipais no combate a esta pandemia, sem prejuízo de continuar a desenvolver os projetos e ações estruturantes para o futuro de Amarante, nomeadamente através da concretização de investimentos financiados no quadro do **Portugal 2020**.

Fruto do trabalho dos últimos anos, garantimos o **financiamento comunitário** para um conjunto alargado de projetos estruturantes para o concelho, recursos financeiros que permitem a **modernização do concelho**, o reforço da nossa **competitividade** e a **melhoria das condições de vida dos Amarantinos**.

Do conjunto dos projetos financiados no âmbito do Portugal 2020 destacam-se a **Recuperação do Bairro Cencela de Abreu**, **Remodelação da EB1 de Lama (Figueiró)**, **Requalificação da EB1 de Mancelos**, **Requalificação da EB 2,3 de Amarante**, **ações internacionais no âmbito dos projetos BeePathNet e iPlace**, **Recuperação do Solar dos Magalhães**, **Recuperação do Cine-Teatro de Amarante**, **Pavilhão Gimnodesportivo Escola Básica Amadeo de Souza Cardoso**, **diversos projetos no âmbito da candidatura Mobilidade Urbana Sustentável de Amarante**





(PAMUS), diversas intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias (POSEUR), projeto “O Marão tem Sangue Azul” e o projeto “Amarante Transformação Digital”.

Estas são algumas das ações importantes para o desenvolvimento do concelho, mantendo-se como até aqui, um conjunto de outros investimentos não menos importantes como o **apoio às juntas de freguesia, o apoio e parcerias com as instituições sociais, culturais, e desportivas do concelho** e a concretização de projetos e ações nos diversos domínios de atuação municipal.

Saliente-se ainda, que 2020 marcou o **arranque do exercício de competências por parte do município no domínio da educação**, materializando-se a transferência de competências da administração central para o município.

Naturalmente, para além da análise à atividade municipal, a **prestação de contas públicas é um momento de aferição e avaliação do desempenho orçamental e económico-financeiro**.

Nesta matéria, importa realçar que **as contas municipais para além da verificação dos órgãos municipais, são auditadas por Revisor Oficial de Contas, apreciadas pelo Tribunal de Contas e pela Direção-Geral das Autarquias Locais**.

Conforme resulta da leitura dos documentos e, de forma resumida, o que espelham os números das contas do **Município de Amarante de 2020**:

- Relativamente à execução orçamental, incluindo o saldo da gerência anterior, o volume de **receita arrecadada situou-se acima dos 39 milhões de euros**;
- A execução orçamental de 2020 foi francamente positiva, para além de se terem liquidado todas as faturas validadas com entrada até 31 de dezembro, o Município transitou para 2021 com um **saldo orçamental de 4.322.507,09 euros**, indicador de uma situação financeira equilibrada que permite encarar 2021 com bastante otimismo e confiança na concretização do ambicioso programa de investimento vertido no orçamento municipal;
- No tocante ao **endividamento**, o município apresenta uma dívida total em 31-12-2020 de € 13.262.110, cujo limite se situa nos € 38.694.236, representando uma **margem absoluta de endividamento de € 25.432.126**, representando uma **capacidade de endividamento utilizada de 34%** e uma **margem disponível de 66%**;
- Quanto ao **equilíbrio corrente** “...a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”, ainda que no ano de 2020 a sua aplicação se encontre suspensa, **no final de 2020 o município apresenta uma margem próxima de 6 milhões de euros**;
- No que respeita a pagamentos a fornecedores, conforme já referido, **foram liquidadas todas as faturas validadas com entrada até 31 de dezembro**, ou seja, **terminamos o ano sem faturas por pagar**, o que para além de representar um outro indicador de equilíbrio das finanças municipais, representa também um forte **contributo para o reforço da liquidez das empresas fornecedoras do município, particularmente para as empresas locais**, neste período de grandes dificuldades impostas pela pandemia COVID-19.

Como nota de conclusão, 2020 foi um ano de grandes dificuldades e exigência no combate à pandemia COVID-19,



continuando o município a materializar a estratégia de desenvolvimento definida no início do mandato, com a concretização de projetos estruturantes para o concelho e, os documentos de prestação de contas de 2020 demonstram a **situação financeira equilibrada**, resultado de uma **gestão rigorosa e responsável** do executivo municipal.



INTRODUÇÃO

Passados quase 20 anos de implementação e consolidação do sistema contabilístico das autarquias locais, Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), instrumento que permitiu conferir maior fiabilidade e uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira das autarquias locais, surge em 2020 um novo normativo contabilístico aplicável às Administrações Públicas.

Importa referir que a transição para o novo referencial contabilístico acontece num contexto de grande exigência técnica e registe-se as dificuldades de implementação principalmente associadas às plataformas informáticas de suporte ao SNC-AP e a sua articulação com as plataformas da DGAL e Tribunal de Contas, que ainda apresentam limitações.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública.

O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

Conforme consta do seu articulado, O SNC -AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, de análise, de controlo, e de informação, nomeadamente:

- a) Evidencia a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- b) Permite uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de determinada entidade;
- c) Proporciona informação para a determinação dos gastos dos serviços públicos;
- d) Proporciona informação para a elaboração de todo o tipo de contas, demonstrações e documentos que tenham de ser enviados à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e às demais entidades de controlo e supervisão;
- e) Proporciona informação para a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- f) Permite o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos;
- g) Proporciona informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

Assim, no presente relatório analisa-se não só a execução do orçamento do Município de Amarante em 2020, como se analisa a sua situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

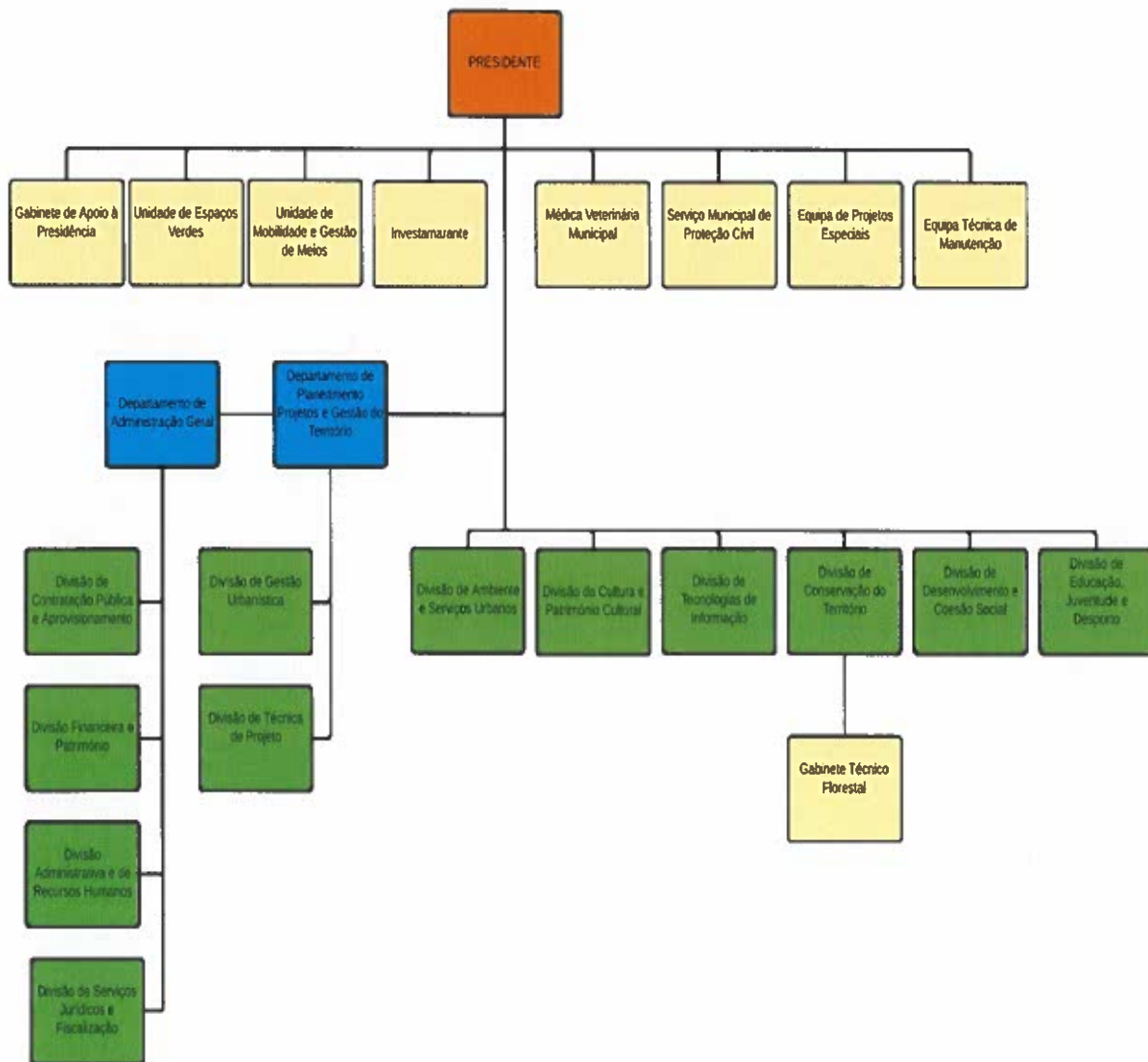
Conforme estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – RFALEI) as contas do Município de Amarante foram auditadas por um Revisor Oficial de Contas.



CAPITULO I – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

A estrutura organizacional do Município de Amarante, para o exercício das atribuições que lhes estão cometidas, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano, energia, transporte e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo e cooperação externa, em 31 de dezembro de 2020, é a constante do organograma seguinte:

Figura 1 – Distribuição dos trabalhadores pelas diferentes Unidades orgânicas



A 31 de dezembro de 2020 o quadro de pessoal do Município integrava 764 trabalhadores (inclui GAP), cuja contagem por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género se apresenta no quadro seguinte.

(Handwritten signatures and marks)



Quadro 1 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e gênero

		Dirigente - Intermedio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	H:	11	0	0	0	0	4	15
	M:	6	0	0	0	0	3	9
	T:	17	0	0	0	0	7	24
CTFP por tempo indeterminado	H:	0	26	56	170	6	0	258
	M:	0	53	81	272	0	0	406
	T:	0	79	137	442	6	0	664
CTFP a termo resolutive certo	H:	0	22	0	0	0	0	22
	M:	0	36	0	11	0	0	47
	T:	0	58	0	11	0	0	69
CTFP a termo resolutive incerto	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Outra	H:	0	0	0	0	0	4	4
	M:	0	0	0	0	0	3	3
	T:	0	0	0	0	0	7	7
Total	H:	11	48	56	170	6	8	299
	M:	6	89	81	283	0	6	465
	T:	17	137	137	453	6	14	764

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de gênero existem 465 colaboradores do sexo feminino e 299 colaboradores do sexo masculino.

Do total de 764 trabalhadores, as três principais carreiras representadas são as de assistente operacional (59,29%), assistente técnico (17,93%) e técnico superior (17,93%).

O quadro seguinte retrata a distribuição dos trabalhadores do município, por cargo/carreira segundo o escalão etário e gênero

Quadro 1A - Trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e gênero

		Dirigente - Intermedio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Menos de 20 Anos	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
20-24	H:	0	1	0	0	0	0	1
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	1	0	0	0	0	1
25-29	H:	0	6	0	1	0	0	7
	M:	0	7	0	0	0	0	7
	T:	0	13	0	1	0	0	14
30-34	H:	0	9	1	1	0	0	11
	M:	0	16	7	7	0	1	31
	T:	0	25	8	8	0	1	42
35-39	H:	0	8	6	7	2	0	23
	M:	1	22	8	9	0	0	40
	T:	1	30	14	16	2	0	63
40-44	H:	4	7	7	19	1	5	43
	M:	3	16	21	39	0	0	79
	T:	7	23	28	58	1	5	122
45-49	H:	3	4	8	19	0	2	36
	M:	1	16	8	35	0	4	64
	T:	4	20	16	54	0	6	100
50-54	H:	1	3	5	24	0	1	34
	M:	0	6	16	52	0	0	78
	T:	1	11	21	76	0	1	110
55-59	H:	1	4	12	57	1	0	75
	M:	1	1	15	74	0	0	91
	T:	2	5	27	131	1	0	166
60-64	H:	2	4	15	38	2	0	61
	M:	0	2	6	54	0	0	62
	T:	2	6	21	92	2	0	123
65-69	H:	0	2	2	4	0	1	9
	M:	0	1	0	13	0	0	14
	T:	0	3	2	17	0	1	23
70 ou mais anos	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Total	H:	11	48	56	170	6	9	300
	M:	6	89	81	283	0	5	464
	T:	17	137	137	453	6	14	764



CAPITULO II – REPORTING FINANCEIRO

Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)

O SNC-AP traz uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez

mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores.

Este novo normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão. Destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

Os pontos seguintes traduzem a análise da dimensão orçamental do exercício económico de 2020.

Da análise aos documentos referentes à contabilidade orçamental, e referidos ao orçamento final, verificamos que no ano 2020, o orçamento registou uma taxa de execução global da receita cobrada de 99,26%, e uma taxa de execução global da despesa de 88,27%.

Quadro 2 - Síntese da Execução Orçamental

Análise Orçamental	Orçada	Executada	Saldo	Taxa de Execução
Total da Receita*	39 311 096,31	39 021 646,29	289 450,02	99,26%
Despesa Total	39 311 096,31	34 699 139,20	4 611 957,11	88,27%

*Receita cobrada líquida. Inclui saldo da gerência anterior

No quadro seguinte constata-se que das previsões corrigidas de receita no montante de 39.311.096,31 euros, se cobraram 39.021.646,29 euros, equivalente a uma taxa de execução de 99,26%.

A arrecadação das receitas correntes foi de 29.951.513,61 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 99,09% face às previsões corrigidas.



Quanto à arrecadação das receitas de capital, registou-se um montante cobrado de 7.378.398,24 euros, o que representa uma taxa de execução de 99,81%.

Quadro 3 - Síntese da Execução Orçamental da Receita

Análise Orçamental	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Saldo	Taxa de Execução
Receita Corrente	30 226 572,00	29 951 513,61	275 058,39	99,09%
Receita de Capital	7 392 789,15	7 378 398,24	14 390,91	99,81%
Outras Receitas	1 691 735,16	1 691 734,44	0,72	100,00%
Total da Receita	39 311 096,31	39 021 646,29	289 450,02	99,26%

No que respeita aos agregados da despesa verificamos que a despesa total paga atingiu 34.699.139,20 euros, a que corresponde uma taxa de execução de 88,27%.

As despesas correntes, no montante de 22.018.029,39 euros de despesa paga, registaram uma taxa de execução de 89,60%, enquanto as despesas de capital apresentam uma taxa de execução de 86,05%.

Quadro 4 - Síntese da Execução Orçamental da Despesa

Análise Orçamental	Dotação Corrigida	Despesa Paga	Saldo	Taxa de Execução
Despesa Corrente	24 573 374,31	22 018 029,92	2 555 344,39	89,60%
Despesa de Capital	14 737 722,00	12 681 109,28	2 056 612,72	86,05%
Despesa Total	39 311 096,31	34 699 139,20	4 611 957,11	88,27%

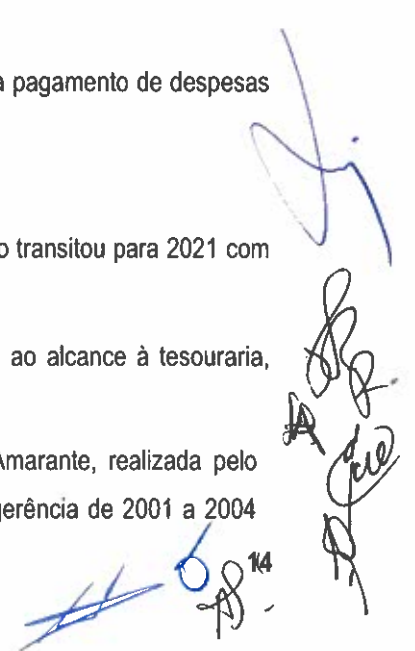
Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2020, conforme mapa seguinte, constata-se que as entradas de fundos ascenderam a 37.873.748,41 euros, dos quais 37.349.727,13 euros têm origem em receitas orçamentais e 524.021,28 euros são provenientes de Operações de Tesouraria.

A saída de fundos totalizou 35.647.013,81 euros, dos quais 34.699.139,20 euros respeitam a pagamento de despesas orçamentais e 947.874,61 euros a pagamentos de Operações de Tesouraria.

No quadro 5 apresenta-se o resumo do desempenho orçamental, assinala-se que o Município transitou para 2021 com um saldo orçamental de 4.322.507,09 euros.

Relativamente ao saldo inicial de 2020 importa relatar o tratamento da situação associado ao alcance à tesouraria, conforme notificação do Tribunal de Contas.

Considerando que no âmbito da verificação Interna da Conta de 2016 do Município de Amarante, realizada pelo Tribunal de Contas, este notificou em 17/10/2019 que concluiu as análises às contas de gerência de 2001 a 2004





que se encontravam pendentes e, atendendo que "o MA mantém identificado no Resumo Diário de Tesouraria o montante em falta, que foi apurado e atualizado em 28/02/2005, no valor de € 398.970,70, como valor a subtrair às disponibilidades em banco, por estas não coincidirem com os extratos bancários" "nos termos e, considerando a Ficha de Apoio Técnico n.º 4/2014 do SATAPOCAL, que apresenta a contabilização a efetuar em casos de desaparecimento de bens monetários nas autarquias, deverá o Município de Amarante proceder à contabilização descrita, adaptando-a ao seu caso em concreto, já que a mesma prevê o crédito da conta 11 – Caixa por contrapartida da conta 6988 – Outros custos e perdas extraordinários, devendo no caso, em apreciação, proceder-se ao registo de créditos nas contas 12 – depósitos bancários, pelos montantes apurados em cada um deles."

Consta da referida notificação, ponto 12 Projeto de Recomendações, vi. "Efetuar a regularização contabilística dos saldos das diversas contas bancárias de depósito à ordem, no valor de € 398.970,70€, nos termos propostos pela ficha de apoio técnico n.º 4/2014 do SATAPOCAL."

O Município desencadeou as diligências necessárias ao cumprimento da recomendação, conforme deliberação da Câmara Municipal de 17 de dezembro de 2019.

Para materializar a regularização, foram efetuados os seguintes procedimentos:

1. Após avaliação da situação por parte do fornecedor da aplicação informática, concluiu não ser tecnicamente possível a rectificação pela simples alteração do saldo inicial de 2020 no Resumo Diário de Tesouraria e Fluxos de Caixa;
2. A regularização a efetuar implicaria forçosamente que o saldo final de 2019 não seria coincidente com o saldo inicial de 2020;
3. Para materializar a regularização se torna necessário a emissão de uma ordem de pagamento, que não tem natureza orçamental, contudo o valor a expurgar encontra-se inscrito no saldo orçamental, pelo que para concretizar a operação se mostra necessário e indispensável a transferência no saldo inicial do montante a regularizar (398.970,70€) de saldo orçamental para saldo de operações de tesouraria e após a emissão da ordem de pagamento de tesouraria a situação fica regularizada;
4. Do descrito anteriormente resulta que o saldo final de 2019 e inicial de 2020 é o seguinte:

2019		2020	
Saldo para a gerência seguinte	3.409.422,82	Saldo de gerência anterior	3.409.422,82
Execução orçamental	2.070.889,86	Execução orçamental	1.671.919,16
Operações de tesouraria	1.338.532,96	Operações de tesouraria	1.737.503,66

Conforme descrito, a situação foi regularizada em 2020 em cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas



Quadro 5 - Resumo do Desempenho Orçamental

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2019	1 671 919,16	1 737 503,66	3 409 422,82
Receita Total	37 349 727,13	524 021,28	37 873 748,41
Despesa Total	34 699 139,20	947 874,61	35 647 013,81
Saldo a transitar para 2021	4 322 507,09	1 313 650,33	5 636 157,42

No ano de 2020 a receita cobrada atingiu os 39 milhões de euros.

De seguida, no quadro 6 podemos analisar, em detalhe, a receita orçamental previsões corrigidas e a cobrada no ano de 2020.

Quadro 6 - Análise Orçamental da Receita

Análise Orçamental	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada	Taxa de Execução
Rubrica Receita Corrente	30 226 572,00	29 951 513,61	99,09%
R11 Impostos Diretos	7 486 901,87	7 486 859,85	100,00%
R12 Impostos Indiretos	10,00	0,00	0,00%
R3 Taxas, Multas e Outras Penalidades	837 686,89	811 271,61	96,85%
R4 Rendimentos da Propriedade	1 641 773,31	1 536 257,07	93,57%
R5 Transferências Correntes	18 542 870,69	18 453 430,82	99,52%
R6 Vendas de Bens/Serv. Correntes	1 669 738,81	1 615 838,00	96,77%
R7 Outras Receitas Correntes	47 590,43	47 856,26	100,56%
Rubrica Receita de Capital	7 392 789,15	7 378 398,24	99,81%
R8 Vendas de Bens de Investimento	8 400,00	0,00	0,00%
R9 Transferências Capital	4 759 776,49	4 754 439,86	99,89%
R12 Receita com Ativos Financeiros	70,00	0,00	0,00%
R13 Receita com Passivos Financeiros	2 623 811,95	2 623 333,57	99,98%
R10 Outras Receitas Capital	730,71	624,81	85,51%
Rubrica Outras Receitas	1 691 735,16	1 691 734,44	100,00%
R11 Reposições não abatidas nos pagamentos	19 816,00	19 815,28	100,00%
R14 Saldo da gerência anterior	1 671 919,16	1 671 919,16	100,00%
Total da Receita	39 311 096,31	39 021 646,29	99,26%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number '16'.



Regista-se que a receita corrente cobrada face à receita corrente corrigida teve uma execução de 99,09%. De entre as rubricas que compõem a receita corrente destacam-se a rubrica de Transferências Correntes e Impostos Diretos, com um montante arrecadado de 18,54 milhões de euros e 7,48 milhões de euros, respetivamente.

A receita de capital cobrada apresenta uma execução de 99,81% face à receita de capital corrigida. Destacam-se as rubricas Transferências de Capital com 4,75 milhões de euros, Receitas com Passivos Financeiros com 2,62 milhões de euros e Outras Receitas com 1,69 milhões de euros.

A receita total cobrada (39,02 milhões de euros) face ao total da receita corrigida (39,31 milhões de euros) apresenta uma execução de 99,26%.

No quadro 7 está espelhada a decomposição da despesa orçamentada, a corrigida e a paga por grandes grupos.

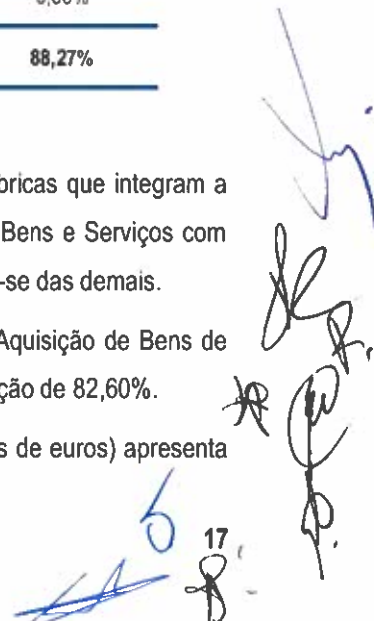
Quadro 7 - Análise Orçamental da Despesa

Análise Orçamental		Dotação Corrigida	Despesa Paga	Taxa de Execução
Rubrica Despesa Corrente		24 573 374,31	22 018 029,92	89,60%
D1	Despesas com o pessoal	11 420 793,00	11 092 630,40	97,13%
D2	Aquisição de bens e serviços	10 419 430,03	8 501 968,50	81,60%
D3	Juros e outros encargos	153 411,28	136 152,15	88,75%
D4	Transferências e subsídios correntes	2 191 295,00	2 008 424,06	91,65%
D5	Outras despesas correntes	388 445,00	278 854,81	71,79%
Rubrica Despesa de Capital		14 737 722,00	12 681 109,28	86,05%
D6	Aquisição de bens de capital	11 264 807,00	9 304 302,48	82,60%
D7	Transferências e subsídios de capital	1 667 447,00	1 662 615,22	99,71%
D9	Despesa com ativos financeiros	201,00	0,00	0,00%
D10	Despesa com passivos financeiros	1 755 256,94	1 714 191,58	97,66%
D8	Outras despesas de capital	50 010,06	0,00	0,00%
Despesa Total		39 311 096,31	34 699 139,20	88,27%

No que respeita à despesa corrente paga apresenta uma execução de 89,60%. De entre as rubricas que integram a despesa corrente, a rubrica Despesas com Pessoal com 11,09 milhões de euros, Aquisição de Bens e Serviços com 8,50 milhões de euros e Transferências e Subsídios Correntes com 2 milhões de euros, destacam-se das demais.

A despesa de capital paga regista uma execução de 86,05%. As rubrica em evidência é a de Aquisição de Bens de Capital cujo montante de despesa paga atingiu os 9,30 milhões de euros, com uma taxa de execução de 82,60%.

A despesa total paga (34,69 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida (39,31 milhões de euros) apresenta uma execução de 88,27 %.



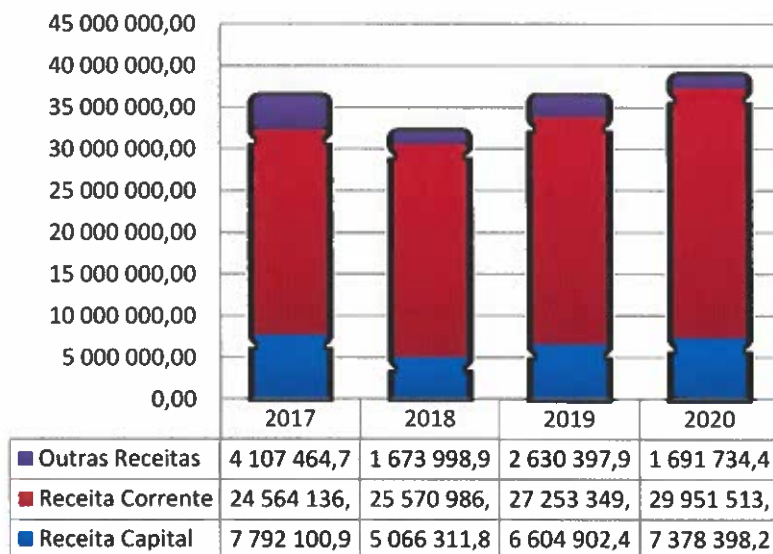


1.1. RECEITA

No Gráfico 1 apresenta-se a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos.

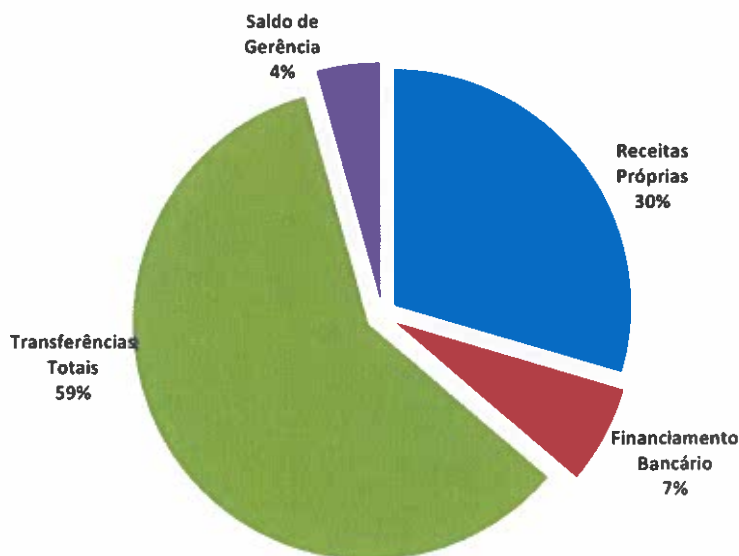
Verifica-se uma inclinação crescente da receita total cobrada desde o ano de 2018. Face a 2019, o ano de 2020 encerra com um crescimento na receita total cobrada na ordem dos 2,53 milhões de euros.

Gráfico 1 – Evolução da receita cobrada



No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita no ano 2020, por rubricas gerais.

Gráfico 2 – Distribuição da receita



No final de 2020 a receita total cobrada ascendeu a 39 milhões de euros, correspondendo 23,2 milhões de euros de transferências totais (59%), 11,5 milhões de euros a receitas próprias (30%), 2,6 milhões de euros de financiamento bancário (7%) e 1,7 milhões de euros a saldo transitado da gerência anterior (4%).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



De seguida, procede-se à análise da evolução da receita por grandes rubricas.

Quadro 8 - Análise orçamental da Receita

Designação	2020			2019			A face período homólogo
	Previsão Corrigida	Cobrada	% de Execução	Previsão Corrigida	Cobrada	% de Execução	
Impostos directos	7 486 901,87	7 486 859,85	100,0%	7 150 500,00	6 793 449,04	95,0%	10,2%
Impostos indirectos	10,00	0,00	0,0%	182 000,00	246 183,66	135,3%	-100,0%
Taxas, multas e outras penalidades	837 686,89	811 271,61	96,8%	452 078,00	506 701,82	112,1%	60,1%
Rendimentos da propriedade	1 641 773,31	1 536 257,07	93,6%	1 568 500,00	1 662 170,42	106,0%	-7,6%
Transferências correntes	18 542 870,69	18 453 430,82	99,5%	16 423 052,00	16 094 065,21	98,0%	14,7%
Venda de bens e serviços correntes	1 669 738,81	1 615 838,00	96,8%	2 353 050,00	1 847 031,99	78,5%	-12,5%
Outras receitas correntes	47 590,43	47 856,26	100,6%	156 000,00	103 747,55	66,5%	-53,9%
Receitas Correntes	30 226 572,00	29 951 513,61	99,1%	28 285 180,00	27 253 349,69	96,4%	9,9%
Venda de bens de investimento	8 400,00	0,00	0,0%	15 000,00	21 361,51	142,4%	-100,0%
Transferências de capital	4 759 776,49	4 754 439,86	99,9%	4 131 344,00	2 598 204,07	62,9%	83,0%
Activos financeiros	70,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Passivos financeiros	2 623 811,95	2 623 333,57	100,0%	4 786 654,35	3 977 804,33	83,1%	-34,1%
Outras receitas de capital	730,71	624,81	85,5%	10 000,00	7 532,52	75,3%	-91,7%
Receitas de Capital	7 392 789,15	7 378 398,24	99,8%	8 942 998,35	6 604 902,43	73,9%	11,7%
Reposições não abatidas nos pagamentos	19 816,00	19 815,28	100,0%	500,00	23 402,11	4680,4%	-15,3%
Saldo da gerência anterior	1 671 919,16	1 671 919,16	100,0%	2 606 995,88	2 606 995,88	100,0%	-35,9%
Outras Receitas	1 691 735,16	1 691 734,44	100,0%	2 607 495,88	2 630 397,99	100,9%	-35,7%
Receitas Totais	39 311 096,31	39 021 646,29	99,3%	39 835 674,23	36 488 650,11	91,6%	6,94%

Comparando com o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram um crescimento de 9,9%, com maior enfoque para as transferências correntes, cuja variação positiva de 14,7% representa em valores absolutos um incremento no montante de 2,4 milhões de euros.

As receitas de capital cobradas tiveram um acréscimo (11,7%) face a 2019 justificado pelo aumento das transferências de capital, com uma variação positiva de 83,0% que representa em valores absolutos 2,1 milhões de euros.

1.1.1. RECEITA PRÓPRIA

Em 2020 a receita própria cobrada atingiu os 11,5 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 0,3% face ao período homólogo.

De seguida apresenta-se a evolução da receita própria nos últimos 4 anos.





Quadro 9 - Evolução da Receita Própria

Designação	2017	2018	2019	2020	Δ 2020-2019
Impostos Locais	5 964 298	6 754 707	7 039 633	7 486 860	6,4%
Taxas Multas e Outras Penalidades	439 909	354 516	506 702	811 272	60,1%
Rend ^o . Propriedades	1 518 497	1 595 884	1 662 170	1 536 257	-7,6%
Venda Bens e Prestação de Serviços	1 630 500	1 705 430	1 847 032	1 615 838	-12,5%
Outras Receitas Correntes	84 228	52 769	103 748	47 856	-53,9%
Venda de Bens de Investimento	620	31 298	21 362	0	-100,0%
Outras Receitas de Capital	927 404	226 958	30 935	20 440	-33,9%
Total das Receitas Próprias	10 565 456	10 721 562	11 211 581	11 518 523	2,7%

Em termos relativos, as receitas próprias registaram em 2020 um acréscimo, de 2,7%, quando comparados com os registados em 2019.

Quadro 10 - Evolução da Receita Própria Proveniente de Impostos

Impostos	2017	2018	2019	2020	Δ 2020-2019
Impostos Diretos	5 889 699	6 657 315	6 793 449	7 486 860	10,2%
Imposto Municipal sobre Imóveis	3 731 476	4 108 474	4 101 950	4 209 775	2,6%
Imposto Único de Circulação	1 140 254	1 218 942	1 264 131	1 291 976	2,2%
Imposto Municipal sobre Transmissões	1 017 969	1 329 899	1 067 360	1 583 247	48,3%
Derrama	0	0	360 008	401 861	11,6%
Outros	0	0	0	0	0,0%
Impostos Indiretos*	74 599	97 392	246 184	0	-100,0%
Loteamentos e Obras	63 620	85 243	233 187	0	-100,0%
Outros	10 980	12 149	12 997	0	-100,0%
Total	5 964 298	6 754 707	7 039 633	7 486 860	6,4%

* Em 2020, conforme comunicação da DGAL, as receitas passaram a ser classificadas em Taxas, Multas e Outras Penalidades

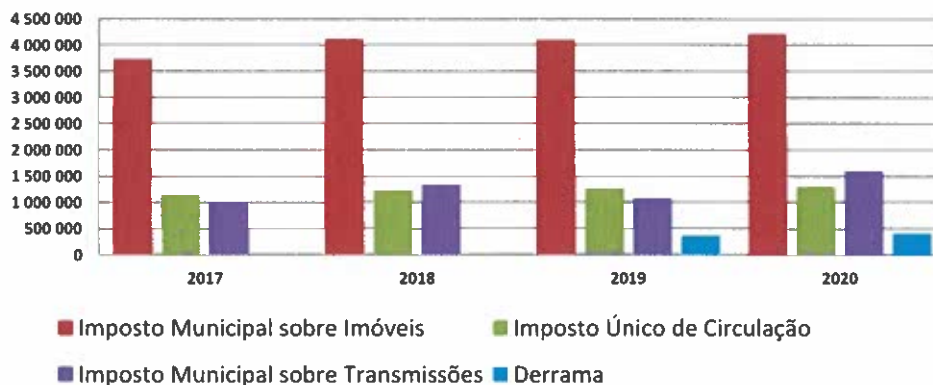
Relativamente às receitas provenientes dos impostos verifica-se um acréscimo de 6,4%, relativamente ao registado no ano anterior, representando um diferencial cerca de 447 mil euros.

No que respeita aos impostos indiretos, em 2020 regista-se a não arrecadação de qualquer montante devido a alteração de registo orçamental, por comunicação da DGAL, as receitas que até 2019 eram registadas como impostos indiretos passaram em 2020 a ser registadas como taxas multas e outras penalidades.





Gráfico 3 – Evolução dos principais impostos diretos



No que respeita à evolução de outras receitas próprias (quadro 11), comparativamente a 2019, verificou-se um decréscimo de 3,4%, correspondendo a um valor absoluto cerca de 140 mil euros, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 11 - Evolução de Outras Receitas Próprias

Outras Receitas Próprias	2017	2018	2019	2020	Δ 2020-2019
Taxas, Multas e Outras Penalidades*	439 909	354 516	506 702	811 272	60,1%
Loteamentos e obras	151 408	189 934	430 234	591 482	37,5%
Ocupação da via pública	60	5 383	102	116 924	114307,0%
Taxa municipal de direitos de passagem	0	0	0	14 853	14853,0%
Outras	118 716	115 518	22 864	37 872	65,6%
Multas e outras penalidades	169 724	43 681	53 502	50 140	-6,3%
Rendimentos de Propriedade	1 518 497	1 595 684	1 662 170	1 536 257	-7,6%
Juros - Sociedades Financeiras	11 006	0	0	0	0,0%
Dividendos e Participação nos lucros de sociedades	29 032	102 007	32 848	21 624	-34,2%
Participação nos lucros de administrações públicas	1 177	0	0	0	0,0%
Rendas	1 477 282	1 493 877	1 629 322	1 511 539	-7,2%
Outras	0	0	0	3 094	3094,0%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	1 630 500	1 705 430	1 847 032	1 615 838	-12,5%
Venda de Bens	41 571	45 352	30 119	25 557	-15,1%
Serviços	1 390 174	1 459 310	1 579 698	1 378 239	-12,8%
Rendas	198 754	200 767	237 215	212 042	-10,6%
Outras Receitas Correntes	84 228	52 769	103 748	47 856	-53,9%
Venda de Bens de Investimento	620	31 298	21 362	0	-100,0%
Terrenos	0	31 298	0	0	0,0%
Edifícios	0	0	0	0	0,0%
Outros	620	0	21 362	0	-100,0%
Outras Receitas Capital	924 657	223 455	7 533	625	-91,7%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	2 747	3 503	23 402	19 815	-15,3%
Total	4 601 158	3 966 855	4 171 948	4 031 663	-3,4%

* Em 2020, conforme comunicação da DGAL, passaram a ser registadas receitas que antes eram classificadas em Impostos Indiretos

[Handwritten signatures and initials]



1.1.2. TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS

As transferências obtidas atingiram os 23,2 milhões de euros em 2020. Comparativamente com o período homólogo registou-se um aumento de 4,5 milhões de euros (24,2%), justificado pelo crescimento das transferências correntes em 2,4 milhões de euros e das transferências de capital em 2,1 milhões de euros.

O acréscimo registado nas transferências correntes deve-se essencialmente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro e Transferências de competências - Lei 50/2018 no domínio da educação.

Relativamente às transferências de capital, o acréscimo comparativamente com o período homólogo, deve-se essencialmente verbas provenientes de operações realizadas no âmbito do Portugal 2020.

Mais pormenorizadamente, apresenta-se no quadro 12, a evolução das transferências obtidas nos últimos anos.

Quadro 12 - Evolução das Transferências Obtidas

Transferências	2017	2018	2019	2020	Δ 2020-2019
Transferências Correntes	14 926 704	15 107 680	16 094 065	18 453 431	14,7%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	11 404 748	11 536 740	12 191 142	13 251 044	8,7%
Fundo Social Municipal	1 188 159	1 188 159	1 188 159	1 188 159	0,0%
Participação Variável no IRS	1 125 001	1 203 120	1 236 501	1 297 118	4,9%
Transferências de competências - Lei 50/2018	0	0	0	800 503	800503,0%
Participação no IVA - Art.26º-A da Lei Nº.73/2013	0	0	0	215 895	215895,0%
Outras	1 208 796	1 179 661	1 478 263	1 700 712	15,0%
Transferências de Capital	3 290 223	1 816 861	2 598 204	4 754 440	83,0%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 267 194	1 281 860	1 354 571	1 472 338	8,7%
Cooperação Técnica e Financeira	890 505	200 131	120 983	0	-100,0%
RFALEI - Arº 35º, Nº.3 da Lei Nº.73/2013	0	0	418 826	538 824	28,7%
PORTUGAL 2020	1 132 524	334 871	703 824	2 743 278	289,8%
Total	18 216 927	16 924 541	18 692 269	23 207 871	24,2%





1.1.3. FINANCIAMENTO BANCÁRIO

Durante o ano de 2020 e no que se refere a financiamentos bancários, o Município utilizou o montante de 2.623.334 euros de empréstimos de médio e longos prazos, e amortizou 1.714.192 euros, correspondendo a uma diferença entre utilização e amortização de 909.142 euros.

Quadro 13 - Evolução da Utilização/Amortização de Empréstimos MLP

(Un. euros)

Designação	2017	2018	2019	2020
1. Utilização Médio e Longo Prazo	3 576 601	2 994 698	3 277 804	2 623 334
Caixa G. Depósitos	3 166 135	836 029	0	
Caixa Agrícola	0	2 158 669	165 996	
BPI	410 466	0	1 150 106	1 416 682
Santander Total	0	0	1 325 557	
AD&C	0	0	636 145	1 206 651
2. Amortização Médio e Longo Prazo	1 177 723	1 546 915	1 748 375	1 714 192
Caixa G. Depósitos	386 576	843 294	1 000 575	959 696
Caixa Agrícola	188 410	188 410	188 410	188 410
BPI	602 737	515 212	559 390	566 086
Santander Total				
AD&C				
3. Diferença entre Utilização e Amortização (3=1-2)	2 398 878	1 447 782	1 529 430	909 142



23

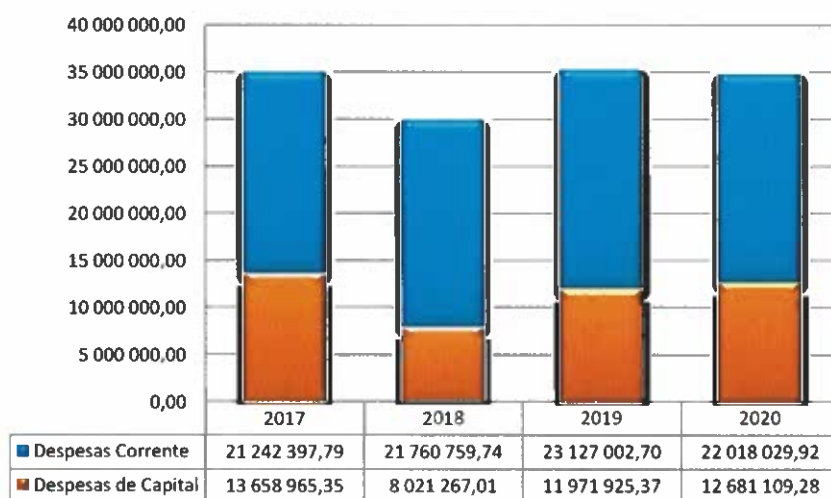


1.2. DESPESA

No final de 2020, as despesas totais atingiram o montante de 34.699.139 euros, sendo as despesas correntes de 63% e as de capital de 37%. Comparativamente ao ano 2019, verifica-se um decréscimo da despesa total cerca de 400 mil euros.

O gráfico 4 apresenta a evolução da despesa corrente e de capital de 2017 a 2020 verificando-se, com exceção de 2018, que a despesa total encontra-se estabilizada em torno dos 35 milhões de euros.

Gráfico 4 – Evolução da despesa paga



1.2.1. DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – DESPESA CORRENTE E DESPESA DE CAPITAL

Em 2020 a despesa corrente paga relativamente à dotação corrigida teve uma execução de 89,6% (22 milhões de euros) e a despesa de capital paga relativamente à dotação corrigida de 86,0% (12,7 milhões de euros). A despesa total paga relativamente à dotação corrigida teve uma execução de 88,3% (34,7 milhões de euros)

O quadro seguinte apresenta a variação da despesa paga por classificação económica relativamente ao período homólogo, verifica-se uma diminuição de 4,8% nas despesas correntes pagas (1,1 milhões de euros), acompanhado de um acréscimo de 5,9% nas despesas de capital (700 mil euros), sendo que as despesas totais registaram um decréscimo de 1,1% (400 mil euros)

(Handwritten signatures and initials)

24



Quadro 14 - Evolução da Despesa por Classificação Económica Período Homólogo

Class. Econ.	Designação	2020			2019			Δ 2019-2020
		Dotação Corrigida	Pago	% de Execução	Dotação Corrigida	Pago	% de Execução	
01	Despesas com o pessoal	11 420 793,00	11 092 630,40	97,1%	10 731 698,00	10 678 227,34	99,5%	3,9%
02	Aquisição de bens e serviços	10 419 430,03	8 501 968,50	81,6%	11 260 792,88	9 330 870,31	82,9%	-8,9%
03	Juros e outros encargos	153 411,28	136 152,15	88,7%	148 302,00	147 212,04	99,3%	-7,5%
04	Transferências e subsídios correntes	2 191 295,00	2 008 424,06	91,7%	2 062 895,00	1 946 965,83	94,4%	3,2%
06	Outras despesas correntes	388 445,00	278 854,81	71,8%	1 166 096,00	1 023 727,18	87,8%	-72,8%
	Despesas Correntes	24 573 374,31	22 018 029,92	89,5%	25 369 783,88	23 127 002,70	91,2%	-4,8%
07	Aquisição de bens de capital	11 264 807,00	9 304 302,48	82,6%	8 808 611,35	7 266 773	82,5%	28,0%
08	Transferências e subsídios de capital	1 667 447,00	1 662 615,22	99,7%	1 463 124,00	1 368 348	93,5%	21,5%
09	Despesa com ativos financeiros	201,00	0,00	0,0%	822 140,00	822 090	0,0%	0,0%
10	Despesa com passivos financeiros	1 755 256,94	1 714 191,58	97,7%	3 297 515,00	2 448 375	74,2%	-30,0%
11	Outras despesas de capital	50 010,06	0,00	0,0%	74 500,00	66 340	89,0%	-100,0%
	Despesas de Capital	14 737 722,00	12 681 109,28	86,0%	14 465 890,35	11 971 925,37	82,8%	5,9%
	Despesas Totais	39 311 096,31	34 699 139,20	88,3%	39 835 674,23	35 098 928,07	88,1%	-1,14%

A evolução da despesa paga por classificação económica dos últimos quatro anos é apresentada pelo quadro que se segue.

De uma forma geral constata-se que não se registam alterações significativas entre 2017 e 2020.

Quadro 15 - Evolução da despesa por Classificação Económica

Class. Econ.	Designação	2017		2018		2019		2020	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
01	Pessoal	9 794 423,40	28,1%	9 926 309,54	33,3%	10 678 227,34	30,4%	11 092 630,40	32,0%
02	Aquisição Bens e Serv. Correntes	8 459 232,29	24,2%	8 984 444,62	30,2%	9 330 870,31	26,6%	8 501 968,50	24,5%
03	Encargos Correntes Dívida	105 789,54	0,3%	128 321,16	0,4%	147 212,04	0,4%	136 152,15	0,4%
04	Transferências Correntes	2 163 980,56	6,2%	1 995 783,48	6,7%	1 946 965,83	5,5%	2 008 424,06	5,8%
06	Outras Despesas Correntes	718 972,00	2,1%	725 900,94	2,4%	1 023 727,18	2,9%	278 854,81	0,8%
	Total Despesas Correntes	21 242 397,79	60,9%	21 760 759,74	73,1%	23 127 002,70	65,9%	22 018 029,92	63,5%
07	Aquisição Bens Investimento	9 730 087,65	27,9%	4 571 094,59	15,3%	7 266 773,08	20,7%	9 304 302,48	26,8%
08	Transferências Capital	2 483 267,50	7,1%	1 632 906,47	5,5%	1 368 348,44	3,9%	1 662 615,22	4,8%
09	Activos Financeiros	207 888,00	0,6%	255 918,75	0,9%	822 089,50	2,3%	0,00	0,0%
10	Passivos Financeiros	1 177 722,20	3,4%	1 546 915,24	5,2%	2 448 374,60	7,0%	1 714 191,58	4,9%
11	Outras Despesas de Capital	60 000,00	0,2%	14 431,96	0,0%	66 339,75	0,2%	0,00	0,0%
	Total Despesas Capital	13 658 965,35	39,1%	8 021 267,01	26,9%	11 971 925,37	34,1%	12 681 109,28	36,5%
	TOTAL DESPESAS	34 901 363,14	100,0%	29 782 026,75	100,0%	35 098 928,07	100,0%	34 699 139,20	100,0%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 25.



1.2.2. DESPESA POR AGREGADOS ECONÓMICOS

Quadro 16 - Evolução da Despesa por Agregados Económicos

Designação	2017		2018		2019		2020	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Encargos de Funcionamento	21 136 688,25	60,6%	21 632 438,58	72,6%	22 979 790,66	65,5%	21 881 877,77	63,1%
Pessoal	9 794 423,40	28,1%	9 926 309,54	33,3%	10 678 227,34	30,4%	11 092 630,40	32,0%
Aquisição Bens e Serv. Correntes	8 459 232,29	24,2%	8 984 444,62	30,2%	9 330 870,31	26,6%	8 501 968,50	24,5%
Transferências Correntes	2 163 980,56	6,2%	1 995 783,48	6,7%	1 946 965,83	5,5%	2 008 424,06	5,8%
Outras Despesas Correntes	718 972,00	2,1%	725 900,94	2,4%	1 023 727,18	2,9%	278 854,81	0,8%
Investimento Global	12 481 243,15	35,8%	6 474 351,77	21,7%	9 523 550,77	27,1%	10 966 917,70	31,6%
Investimento Directo	9 730 087,65	27,9%	4 571 094,59	15,3%	7 266 773,08	20,7%	9 304 302,48	26,8%
Transferências Capital	2 483 267,50	7,1%	1 632 906,47	5,5%	1 368 348,44	3,9%	1 662 615,22	4,8%
Outras Despesas de Capital	60 000,00	0,2%	14 431,96	0,0%	66 339,75	0,2%	0,00	0,0%
Activos Financeiros	207 888,00	0,6%	255 918,75	0,9%	822 089,50	2,3%	0,00	0,0%
Serviço da Dívida	1 283 511,74	3,7%	1 675 236,40	5,6%	2 595 586,64	7,4%	1 850 343,73	5,3%
Juros	105 789,54	0,3%	128 321,16	0,4%	147 212,04	0,4%	136 152,15	0,4%
Amortização	1 177 722,20	3,4%	1 546 915,24	5,2%	2 448 374,60	7,0%	1 714 191,58	4,9%
TOTAL DESPESAS	34 901 363,14	100,0%	29 782 026,75	100,0%	35 098 928,07	100,0%	34 699 139,20	100,0%

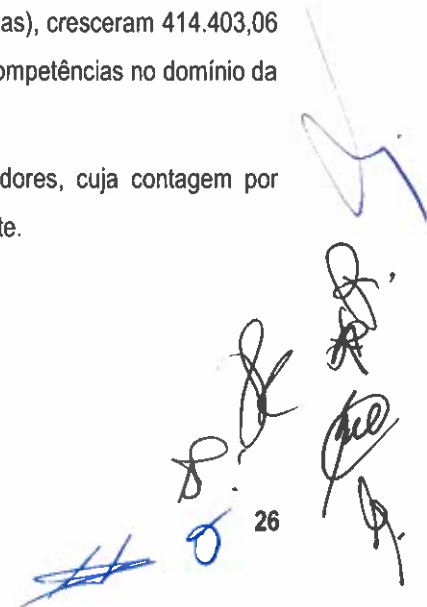
1.2.2.1 ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO

Os encargos de funcionamento com o montante de 21.881.877,77 euros diminuíram 1.097.912,89 euros relativamente ao ano de 2019, e representaram 63,1% do total das despesas do município.

a. Encargos com pessoal

Os encargos com pessoal, no montante de 11.092.630,40 euros (32,0% do total das despesas), cresceram 414.403,06 euros relativamente ao ano anterior, essencialmente em consequência da transferência de competências no domínio da educação.

A 31 de dezembro de 2020 o quadro de pessoal do Município integrava 764 colaboradores, cuja contagem por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género se apresenta no quadro seguinte.





Quadro 17 - Trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

		Dirigente - Intermediário	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	H:	11	0	0	0	0	4	15
	M:	6	0	0	0	0	3	9
	T:	17	0	0	0	0	7	24
CTFP por tempo indeterminado	H:	0	26	56	170	6	0	258
	M:	0	53	81	272	0	0	406
	T:	0	79	137	442	6	0	664
CTFP a termo resolutivo certo	H:	0	22	0	0	0	0	22
	M:	0	36	0	11	0	0	47
	T:	0	58	0	11	0	0	69
CTFP a termo resolutivo incerto	H:	0	0	0	0	0	0	0
	M:	0	0	0	0	0	0	0
	T:	0	0	0	0	0	0	0
Outra	H:	0	0	0	0	0	4	4
	M:	0	0	0	0	0	3	3
	T:	0	0	0	0	0	7	7
Total	H:	11	48	56	170	6	8	299
	M:	6	89	81	283	0	6	465
	T:	17	137	137	453	6	14	764

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de género existem 465 colaboradores do sexo feminino e 299 colaboradores do sexo masculino.

Recorreu-se aos trabalhadores inscritos no I.E.F.P através do Programa – Contrato Emprego Inserção, tendo sido obtida uma receita de 81.108,26 euros.

Importa ainda referir que as receitas obtidas no âmbito da transferência de competências no domínio da educação, para suportar as despesas com pessoal não docente, totalizaram 800.503,33 euros. Também da DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para as auxiliares de ação educativa e Atividades de Enriquecimento Curricular totalizaram de 591.809,15 euros.

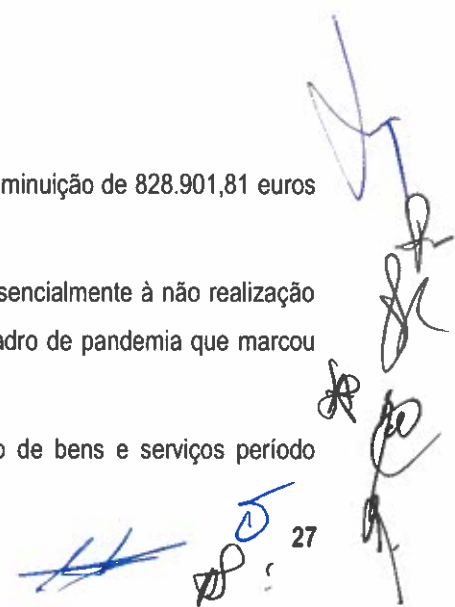
Em conclusão: o montante global de despesas com o pessoal, efetuado pelo Município ascendeu a 11.092.630,40 euros, representando 50% do total das receitas correntes do ano.

b. Aquisição de bens e serviços

A aquisição de bens e serviços, com o montante de 8.501.968,50 euros, registou uma diminuição de 828.901,81 euros relativamente ao ano de 2019.

Naturalmente que a diminuição verificada na aquisição de bens e serviços se deveu essencialmente à não realização das diversas atividades que regularmente o município desenvolve, em resultado do quadro de pandemia que marcou grande parte do ano 2020.

O quadro seguinte traduz de forma detalhada a evolução da despesa com aquisição de bens e serviços período homólogo



27



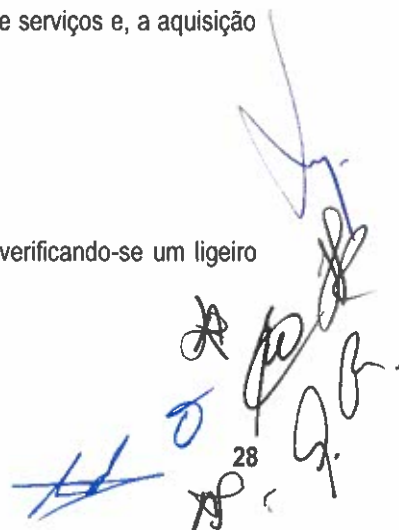
Quadro 18 - Evolução da Despesa Aquisição de Bens e Serviços Período Homólogo

Class. Econ.	Designação	2020		2019		A 2019-2020	
		Pago	Peso %	Pago	Peso %	Valor	%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8 501 968,50	100,0%	9 330 870,31	100,0%	-828 901,81	-8,9%
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	1 178 401,53	13,9%	1 028 181,69	11,0%	150 219,84	14,6%
020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	318 177,34	3,7%	224 073,60	2,4%	94 103,74	42,0%
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	505 159,27	5,9%	607 548,68	6,5%	-102 389,41	-16,9%
02010201	Gasolina	4 023,12	0,0%	5 658,00	0,1%	-1 634,88	-28,9%
02010202	Gasóleo	216 887,19	2,6%	273 203,26	2,9%	-56 316,07	-20,6%
02010299	Outros	284 248,96	3,3%	328 687,42	3,5%	-44 438,46	-13,5%
020104	LIMPEZA E HIGIENE	31 047,34	0,4%	14 506,39	0,2%	16 540,95	114,0%
020106	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECCIONAR	27 593,45	0,3%	52 026,07	0,6%	-24 432,62	-47,0%
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	64 133,42	0,8%	8 743,61	0,1%	55 389,81	633,5%
020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	25 590,06	0,3%	11 138,26	0,1%	14 451,80	129,7%
020112	MATERIAL DE TRANSPORTE - PEÇAS	65 095,14	0,8%	41 059,49	0,4%	24 035,65	58,9%
020116	MERCADORIAS PARA VENDA	32 547,03	0,4%	13 409,21	0,1%	19 137,82	142,7%
02011603	Outros	32 547,03	0,4%	13 409,21	0,1%	19 137,82	142,7%
020118	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	75,00	0,0%	0,00	0,0%	75,00	0,0%
020121	OUTROS BENS	108 983,48	1,3%	55 676,38	0,6%	53 307,10	95,7%
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	7 323 566,97	86,1%	8 302 688,62	89,0%	-979 121,65	-11,8%
020201	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	892 480,66	10,5%	1 003 955,45	10,8%	-111 474,79	-11,1%
020203	CONSERVAÇÃO DE BENS	262 979,75	3,1%	253 929,12	2,7%	9 050,63	3,6%
020206	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	916,35	0,0%	0,00	0,0%	916,35	0,0%
020209	COMUNICAÇÕES	106 386,53	1,3%	109 897,37	1,2%	-3 510,84	-3,2%
020210	TRANSPORTES	1 148 031,45	13,5%	1 197 417,35	12,8%	-49 385,90	-4,1%
020212	SEGUROS	245 092,84	2,9%	145 499,23	1,6%	99 593,61	68,4%
020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	80,50	0,0%	96,72	0,0%	-16,22	-16,8%
020214	ESTUDOS, PARECERES, PROJECTOS E CONSULTADORIA	187 418,04	2,2%	159 161,45	1,7%	28 256,59	17,8%
020215	FORMAÇÃO	7 184,60	0,1%	8 190,28	0,1%	-1 005,68	-12,3%
020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	347 369,44	4,1%	1 154 828,88	12,4%	-807 459,44	-69,9%
020219	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	334 793,20	3,9%	215 805,09	2,3%	118 988,11	55,1%
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	1 266 228,23	14,9%	1 731 074,81	18,6%	-464 846,58	-26,9%
020224	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	234 122,03	2,8%	219 572,66	2,4%	14 549,37	6,6%
020225	OUTROS SERVIÇOS	2 290 483,35	26,9%	2 103 260,21	22,5%	187 223,14	8,9%
02022501	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1 186 994,07	14,0%	1 199 653,96	12,9%	-12 659,89	-1,1%
02022599	DIVERSOS	1 103 489,28	13,0%	903 606,25	9,7%	199 883,03	22,1%

A aquisição de bens com 1.178.401,53 euros representa 13,9% do total da aquisição de bens e serviços e, a aquisição de serviços com 7.323.566,97 euros representa 86,1%.

c. Transferências correntes

Relativamente às transferências correntes regista-se em 2020 o montante de 2.008.424,06, verificando-se um ligeiro acréscimo 61.458,23 euros relativamente a 2019.



28



d. Outras despesas correntes

A rubrica Outras Despesas Correntes, com o montante de 278.854,81 euros, diminuiu 744.872,37 euros em relação ao ano de 2019, em grande medida derivado da diminuição cerca de 220 mil euros de reembolsos de impostos municipais emitidos pela AT e da redução cerca de 270 mil euros da rubrica de "realizações de interesse municipal".

1.2.2.2 INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global foi de 10.966.917,70 euros, tendo aumentado 1.443.366,93 euros em relação ao ano de 2019.

a. Investimento direto

O investimento direto da Autarquia, no montante de 9.304.302,48 euros, aumentou 2.037.529,40 euros relativamente ao ano anterior e a sua desagregação pelas diferentes rubricas está evidenciada no quadro seguinte.

b. Transferências de capital

As transferências de capital registaram um acréscimo de 294.266,78 euros relativamente a 2019.

c. Outras despesas de capital

Relativamente a outras despesas de capital, constata-se uma redução de 66.339,75 euros.

d. Ativos financeiros

Finalmente nos ativos financeiros verificou-se uma redução de 822.089,50 euros relativamente ao período homólogo de 2019.



Quadro 19 - Desagregação do Investimento Direto

(un. euros)

Objectivo	Valor	Peso
Terrenos	37 829,39	0,4%
Habitacões	1 388 374,28	14,9%
Instalações de serviços	500 811,11	5,4%
Instalações desportivas e recreativas	1 267 582,60	13,6%
Escolas	1 794 814,49	19,3%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	381 388,16	4,1%
Iluminação Pública	27 859,36	0,3%
Viação Rural	368 362,08	4,0%
Sinalização e trânsito	13 763,21	0,1%
Outros - Construções diversas	764 693,81	8,2%
Outros edificios	1 608 626,08	17,3%
Equipamento informático	177 298,79	1,9%
Software informático	111 519,21	1,2%
Equipamento básico	121 229,33	1,3%
Ferramentas e utensilios	8 916,29	0,1%
Investimentos incorpóreos	37 122,63	0,4%
Equipamento administrativo	92 067,24	1,0%
Outros investimentos	602 044,42	6,5%
TOTAL	9 304 302,48	100,0%

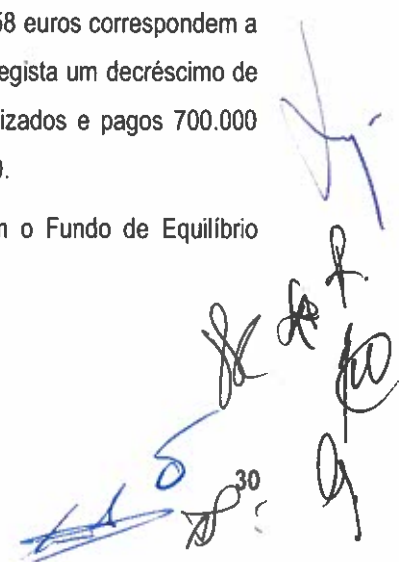
e. Transferências de capital

As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições atingiram o montante de 1.662.615,22 euros, representando um acréscimo de 294.266,78 euros, em relação ao período homólogo de 2019.

1.2.2.3 SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida bancária atingiu o montante de 1.850.343,73 euros, dos quais 1.714.191,58 euros correspondem a amortização de empréstimos de médio e longo prazos e 136.152,15 euros a juros. A rubrica regista um decréscimo de 745.242,91 euros relativamente ao ano anterior, essencialmente porque em 2019 foram utilizados e pagos 700.000 euros referentes à amortização de empréstimos de curto prazo, o que não se verificou em 2020.

O montante global representou 5,3% do total da despesa e 10,8% do total recebido com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e da participação fixa no IRS.





1.3. RESULTADO ORÇAMENTAL

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada (inclui saldo da gerência anterior) e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento seguinte.

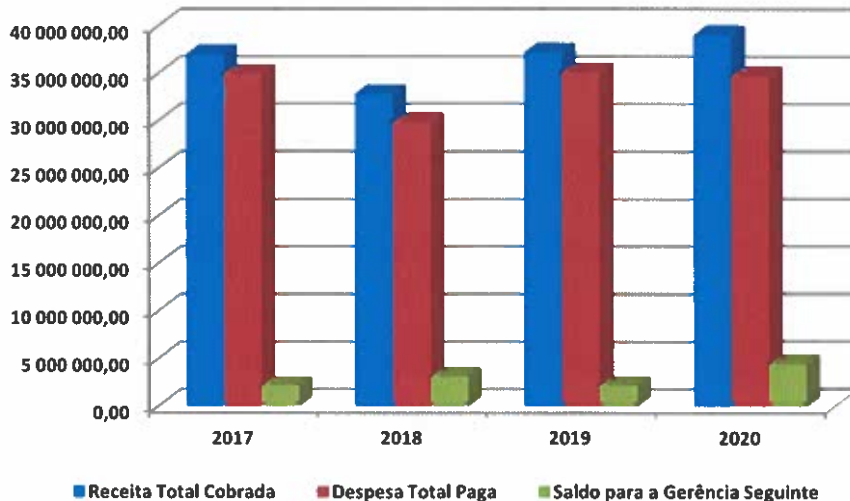
Verifica-se que o saldo da gerência desde o ano 2017 é superior a 2 milhões de euros por ano e, registe-se que o saldo da gerência que transita de 2020 para 2021 ascende a 4,3 milhões de euros, resultado de uma boa execução da receita orçamental e redução de despesa.

Quadro 20 - Resultado Orçamental (Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência)

Designação	2017	2018	2019	2020
Receita Total Cobrada	36 970 829,52	32 787 993,33	37 169 817,93	39 021 646,29
Despesa Total Paga	34 901 363,32	29 782 026,75	35 098 928,07	34 699 139,20
Saldo para a Gerência Seguinte	2 069 466,20	3 005 966,58	2 070 889,86	4 322 507,09

A representação gráfica do quadro anterior é a que consta no gráfico 5 seguinte.

Gráfico 5 - Receita vs Despesa vs Saldo de Gerência



No quadro 21 é exposto o resultado orçamental de 2020, verificando-se uma poupança corrente no montante de 7,9 milhões de euros, utilizada para cobrir parte da despesa de capital paga, uma vez que a receita de capital cobrada (7,4 milhões de euros) demonstrou ser insuficiente para pagar a despesa de capital.

Note-se que o saldo da gerência que transita de 2020 para 2021 ascende a 4,3 milhões de euros.

[Handwritten signatures and notes in blue ink]



Quadro 21 - Resultado Orçamental

Resultado Orçamental	2020
Receita Corrente Cobrada	29 951 513,61
Despesa Corrente Paga	22 018 029,92
Poupança Corrente	7 933 483,69
Receita de Capital Cobrada	7 398 213,52
Despesa de Capital Paga	12 681 109,28
Saldo de Capital	-5 282 895,76
Receita Total Cobrada	37 349 727,13
Despesa Total Paga	34 699 139,20
Saldo da Gerência Anterior	1 671 919,16
Saldo Orçamental	4 322 507,09

O gráfico seguinte ilustra a evolução da poupança corrente nos últimos quatro anos. O ano de 2020 atingiu uma poupança no montante cerca de 8 milhões de euros, cerca de 3,5 milhões de euros superior ao período homólogo de 2019.

Gráfico 6 - Evolução da poupança corrente



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones, located in the bottom right corner of the page.



1.4. PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS

Atualmente, a gestão autárquica assenta num conjunto de informação complexa e diversificada, tornando-se necessário desenvolver e implementar modelos de gestão pública que permitam analisar e apreciar a gestão dos recursos públicos segundo critérios de racionalidade não só económica, mas também social.

Consequentemente, será determinante dispor de elementos de informação técnico-financeira adequados à pilotagem e acompanhamento da gestão.

Os indicadores são instrumentos que permitem analisar aspetos relevantes da entidade, o diagnóstico, a aprendizagem e a melhoria constante, constituindo-se como ferramenta auxiliar à monitorização e acompanhamento do desenvolvimento da gestão.

Contudo, importa realçar as autarquias não se movem por objetivos de maximização dos lucros, mas visam essencialmente alcançar objetivos sociais de maximização da satisfação de necessidades dos munícipes, com os recursos disponíveis.

No quadro seguinte apresenta-se um conjunto de indicadores orçamentais.

Quadro 22 - Evolução dos principais indicadores orçamentais

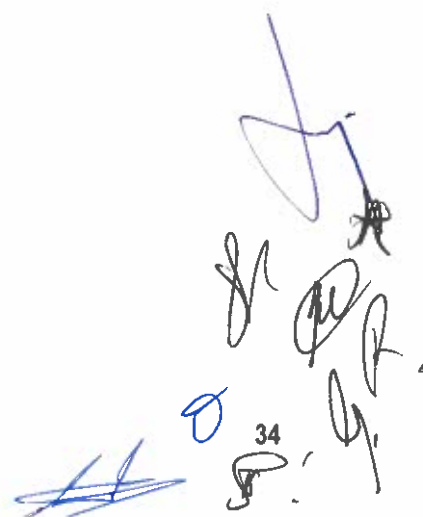
Indicadores Orçamentais					
Nº	Fórmula de Cálculo do Rácio	2017	2018	2019	2020
Receitas					
1	<u>Receita Corrente</u>				
	<u>Receita Total</u>	67,46%	79,14%	74,87%	76,76%
2	<u>Receita de Capital</u>				
	<u>Receita Total</u>	32,54%	20,86%	25,13%	23,24%
3	<u>Receita Corrente</u>				
	<u>Despesa Corrente</u>	116,15%	117,80%	119,03%	136,03%
4	<u>Receita de Capital</u>				
	<u>Despesa de Capital</u>	87,12%	84,21%	77,19%	71,52%
5	<u>Passivos Financeiros (receita)</u>				
	<u>Despesa Total</u>	10,25%	10,06%	11,33%	7,56%
6	<u>Receitas Próprias</u>				
	<u>Despesa Total</u>	30,58%	36,21%	32,73%	33,20%
7	<u>Receitas Próprias</u>				
	<u>Receita Total</u>	29,19%	33,30%	31,24%	29,52%
8	<u>Passivos Financeiros (receita)</u>				
	<u>Receita Total</u>	9,78%	9,25%	10,82%	6,72%
9	<u>Transf. Corrent. e de capit. obtidas da U.E</u>				
	<u>Receita Total</u>	2,06%	1,56%	3,18%	7,18%
Despesas					
10	<u>Despesa Corrente</u>				
	<u>Despesa Total</u>	60,86%	73,07%	65,89%	63,45%
11	<u>Despesa de Capital</u>				
	<u>Despesa Total</u>	39,14%	26,93%	34,11%	36,55%
12	<u>Aquisição de Bens de Capital</u>				
	<u>Despesa Total</u>	27,88%	15,35%	20,70%	26,81%
13	<u>Transferências de capital(despesa)</u>				
	<u>Despesa Total</u>	7,12%	5,48%	3,90%	4,79%
14	<u>Pessoal</u>				
	<u>Despesa Total</u>	28,06%	33,33%	30,42%	31,97%
15	<u>Aquisição de Bens e Serviços Correntes</u>				
	<u>Despesa Total</u>	24,24%	30,17%	26,58%	24,50%
16	<u>Serviço da Dívida</u>				
	<u>Despesa Total</u>	3,68%	5,62%	7,40%	5,33%
17	<u>Amortização de Empréstimos de MLP</u>				
	<u>Despesa Total</u>	3,37%	5,19%	6,98%	4,94%
Outros					
18	<u>Receita Total</u>				
	<u>Nº de Habitantes</u>	680,01 €	606,62 €	690,14 €	732,39 €
19	<u>Despesa Total</u>				
	<u>N.º de Habitantes</u>	648,95 €	566,78 €	658,76 €	661,26 €
20	<u>Despesa de Investimento</u>				
	<u>Nº de Habitantes</u>	180,92 €	85,46 €	224,70 €	174,63 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.



Em relação ao quadro anterior apresenta-se de seguida a descrição do conteúdo de cada rácio, pela ordem sequencial atribuída

1	Mede o peso da receita corrente na receita total
2	Mede o peso da receita de capital na receita total
3	Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas correntes
4	Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas de capital
5	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros
6	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias da autarquia
7	Mede o peso das receitas próprias no total das receitas arrecadadas
8	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia
9	Mede o peso das transferências comunitárias na receita total da autarquia
10	Mede o peso da despesa corrente na despesa total
11	Mede o peso da despesa de capital na despesa total
12	Mede o peso do investimento direto na despesa total
13	Mede o peso do investimento indiretamente realizado pela autarquia, através de transferência de capital para outras entidades, na despesa total
14	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total
15	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total
16	Mede o peso da despesa com custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos na despesa total
17	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos na despesa total
18	Representa o volume de receitas arrecadadas, em termos per capita
19	Representa o volume das despesas efetuadas, em termos per capita
20	Representa o impacto de despesas de investimento pagas, em termos per capita



34



2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Município de Amarante encontra-se a aplicar o SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020. Em conformidade com o respetivo manual de implementação, "nas primeiras demonstrações financeiras preparadas de acordo com o SNC-AP, a informação relativa ao ano anterior poderá basear-se no POCAL, através de uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP", sem necessidade de reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP. Esta situação acarreta a perda de comparabilidade entre 2019 e 2020 e implica que algumas das variações apresentadas poderiam não representar uma leitura direta.

De entre outras finalidades, no âmbito do SNC-AP, o relato financeiro das entidades públicas passam visa permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações e do desempenho financeiro da entidade, permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos e proporcionar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão. À semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), as demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida aborda-se o desempenho financeiro e económico, através da análise do balanço e da demonstração de resultados.

2.1. DESEMPENHO FINANCEIRO

As estruturas do ativo e fundos próprios e passivo desagregam-se conforme se demonstra no quadro seguinte:

Quadro 23 - Estrutura do Ativo

Ativo	2020	Estrutura	2019	Estrutura	Δ 2020/2019	
					Absoluta	Relativa
Ativo não corrente						
Ativos fixos tangíveis	118 421 104,72 €	87,3%	118 724 004,79 €	88,9%	↓ -302 900,07 €	-0,3%
Propriedades de investimento	103 399,91 €	0,1%	448 035,80 €	0,3%	↓ -344 635,89 €	-76,9%
Ativos intangíveis	527 585,53 €	0,4%	572 991,47 €	0,4%	↓ -45 405,94 €	-7,9%
Participações financeiras	5 006 742,97 €	3,7%	4 271 129,53 €	3,2%	↑ 735 613,44 €	17,2%
Clientes contribuintes e utentes	2 980,94 €	0,0%		0,0%	↑ 2 980,94 €	0,0%
	124 061 814,07 €	91,4%	124 016 161,59 €	92,8%	↑ 45 652,48 €	0,0%
Ativo corrente						
Inventários	15 657,85 €	0,0%	38 074,66 €	0,0%	↓ -22 416,81 €	-58,9%
Devedores p/ transf. e subsídios não reembolsáveis			990,00 €	0,0%	↓ -990,00 €	-100,0%
Clientes, contribuintes e utentes	46 242,66 €	0,0%	73 700,11 €	0,1%	↓ -27 457,45 €	-37,3%
Estado e outros entes públicos	3 754,99 €	0,0%	5 044,82 €	0,0%	↓ -1 289,83 €	-25,6%
Outras contas a receber	5 815 389,89 €	4,3%	5 958 271,32 €	4,5%	↓ -142 881,43 €	-2,4%
Diferimentos	108 216,97 €	0,1%	88 761,54 €	0,1%	↑ 19 455,43 €	21,9%
Caixa e depósitos	5 636 157,42 €	4,2%	3 409 422,82 €	2,6%	↑ 2 226 734,60 €	65,3%
	11 625 419,78 €	8,6%	9 574 265,27 €	7,2%	↑ 2 051 154,51 €	21,4%
Total do Ativo	135 687 233,85 €	100,0%	133 590 426,86 €	100,0%	↑ 2 096 806,99 €	1,6%



O *ativo líquido* fixou-se nos 135,69M€, crescendo 2,1M€ (+1,2%) face ao ano transato, alavancado essencialmente pela componente de ativo corrente – *Caixa e Depósitos*, em resultado do saldo de execução orçamental alcançado no período.

O *ativo não corrente* ascendeu a 124,06M€ e representa 91,4% do ativo total.

Importa referir que relativamente ao conjunto das componentes dos *ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis*, a comparabilidade com 2019 é certamente afetada pela não reexpressão aludida no ponto anterior.

Relativamente às *participações financeiras* a sua variação, comparativamente com o ano 2019, resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial à entidade Instituto Empresarial do Tâmega, refletido para aquele ano no Balanço de abertura, nos ajustamentos em ativos financeiros.

O *ativo corrente* ascendeu a 11,63M€ e representa 8,6% do ativo total.

A componente de *outras contas a receber* no valor 5,82M€, representando 4,3% do ativo total respeita basicamente a devedores e credores por acréscimos (periodização económica) relativos a impostos e taxas imputados ao período mas cujo recebimento ocorrerá no ano seguinte, como IMI, Derrama e outros.

A componente de *caixa e depósitos*, a 31 de dezembro de 2020, assume um peso de 4,2% na estrutura do ativo e totaliza 5,64M€, verificando-se assim um aumento de 2,23M€ face ao ano precedente, consequência do saldo de gerência apurado, dado que o saldo orçamental apurado em 2020 totalizou 4,32M€ e em 2019 ascendeu a 1,67M€.

Quadro 24 - Fundos próprios e passivo

Património Líquido e Passivo	2020	Estrutura	2019	Estrutura	Δ 2020/2019	
					Absoluta	Relativa
Património líquido						
Património/Capital	89 193 216,28 €	65,7%	89 193 216,28 €	66,8%	↔ 0,00 €	0,0%
Reservas	2 565 827,08 €	1,9%	2 565 827,08 €	1,9%	↔ 0,00 €	0,0%
Resultados transitados	-3 589 539,40 €	-2,6%	-1 282 275,18 €	-1,0%	↓ -2 307 264,22 €	179,9%
Ajustamentos em ativos financeiros	746 611,92 €	0,6%	0,00 €	0,0%	↑ 746 611,92 €	0,0%
Outras variações no património líquido	24 542 412,38 €	18,1%	23 097 240,42 €	17,3%	↑ 1 445 171,96 €	6,3%
Resultado líquido do período	2 381 563,66 €	1,8%	1 334 074,75 €	1,0%	↑ 1 047 488,91 €	0,0%
Total do Património Líquido	115 840 091,92 €	85,4%	114 908 083,35 €	86,0%	↑ 932 008,57 €	0,8%
Passivo não corrente						
Provisões	103 131,63 €	0,1%	565 772,53 €	0,4%	↓ -462 640,90 €	-81,8%
Financiamentos obtidos	12 853 754,78 €	9,5%	12 023 043,79 €	9,0%	↑ 830 710,99 €	6,9%
Diferimentos	1 482 381,71 €	1,1%	0,00 €	0,0%	↑ 1 482 381,71 €	0,0%
	14 439 268,12 €	10,6%	12 588 816,32 €	9,4%	↑ 1 850 451,80 €	14,7%
Passivo corrente						
Fornecedores	228 527,07 €	0,2%	1 104 116,47 €	0,8%	↓ -875 589,40 €	-79,3%
Estado e outros entes públicos	299 659,72 €	0,2%	253 416,25 €	0,2%	↑ 46 243,47 €	18,2%
Financiamentos obtidos	1 794 830,10 €	1,3%	1 716 399,10 €	1,3%	↑ 78 431,00 €	4,6%
Fornecedores de investimentos	1 906,50 €	0,0%	369 616,78 €	0,3%	↓ -367 710,28 €	-99,5%
Outras contas a pagar	3 082 950,42 €	2,3%	2 649 978,59 €	2,0%	↑ 432 971,83 €	16,3%
	5 407 873,81 €	4,0%	6 093 527,19 €	4,6%	↓ -685 653,38 €	-11,3%
Total do Passivo	19 847 141,93 €	14,6%	18 682 343,51 €	14,0%	↑ 1 164 798,42 €	6,2%
Total Património Líquido e Passivo	135 687 233,85 €	100,0%	133 590 426,86 €	100,0%	↑ 2 096 806,99 €	1,6%

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



O *património líquido* e o passivo situou-se nos 135,69M€.

Relativamente ao *património líquido* importa referir que a variação negativa ocorrida nos resultados transitados na ordem de 2,3M€ resulta, essencialmente, da aplicação do resultado líquido de 2019 no montante de 1,33M€ (variação positiva) e dos ajustamentos de transição para o SNC-AP na ordem de 3,13M€ (variação negativa). Os ajustamentos de transição estão relacionados com a alteração das vidas úteis dos edifícios e outras construções.

Por sua vez, a rubrica de ajustamentos em ativos financeiros verificou uma variação positiva de 746 mil euros, pela aplicação do método da equivalência patrimonial na mensuração do investimento financeiro na entidade Instituto Empresarial do Tâmega.

A rubrica *outras variações no património líquido* verificou uma variação na ordem de 1,45M€ resultante de transferências e subsídios para investimentos obtidos, deduzidos da sua imputação anual a rendimentos.

O total do *passivo* ascende a 19,85M€.

O *passivo não corrente* ascende a 14,44M€, sendo que a variação de 1,48 na componente *diferimentos* resultam do reconhecimento contabilístico, de acordo com o atual normativo contabilístico SNC-AP, das transferências e subsídios de capital obtidos, sem contraprestação e com condições, para a realização de investimentos, cuja execução se encontra em curso.

No *passivo corrente* registe-se a diminuição da dívida a *fornecedores* e a *fornecedores de investimentos* de 1,24M€, sendo que as faturas validadas, com entrada até 31 de dezembro, foram liquidadas na sua totalidade. As *outras contas a pagar* apresenta um valor de 3,08M€, ligeiramente superior ao do ano transato, crescendo 0,43M€. Esta componente refere-se essencialmente ao reconhecimento no corrente exercício dos gastos com férias e subsídio de férias a pagar em 2021, que apresentam um valor de 1,59M€ e a rubrica respeitante a cauções de terceiros no montante de 1,31M€, cujo montante se encontra refletido no ativo na componente depósitos bancários.

Registe-se que para além das faturas validadas, com entrada até 31 de dezembro, terem sido liquidadas na sua totalidade, o prazo médio de pagamentos que em 31/12/2019 se situava em 31 dias registou uma redução significativa e em 31/12/2020 situava-se em 11 dias, indicador que conjuntamente com outros, reflete a boa situação financeira do Município.



2.2. DESEMPENHO ECONÓMICO

No tocante ao desempenho financeiro, os rendimentos e gastos do período são expressos na demonstração de resultados que se segue.

Importa referir, conforme descrito relativamente ao balanço, a informação relativa ao ano anterior baseia-se no POCAL, através de uma mera conversão dos saldos para as contas e rubricas da demonstração de resultados de acordo com o SNC-AP¹, sem se reexpressar o comparativo de acordo com o SNC-AP. Esta situação acarreta a perda de comparabilidade entre 2019 e 2020 e implica que algumas das variações apresentadas poderiam não representar uma leitura direta.

Quadro 25 – Demonstração de Resultados

Rendimentos e Gastos	Exercício	
	2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	8 203 440,68 €	7 571 775,67 €
Vendas	25 556,99 €	29 380,85 €
Prestações de serviços e concessões	2 946 110,16 €	1 561 051,05 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	18 251 391,81 €	19 011 343,94 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	12 580,58 €	32 848,13 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-443 861,40 €	-858 412,67 €
Fornecimentos e serviços externos	-7 623 620,69 €	-8 586 149,21 €
Gastos com pessoal	-11 541 456,03 €	-10 652 964,39 €
Transferências e subsídios concedidos	-3 599 740,49 €	-3 269 535,76 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-19 287,36 €	
Provisões (aumentos/reduções)	63 670,20 €	47 165,83 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-1 955,43 €	
Outros rendimentos	1 825 190,48 €	1 932 126,29 €
Outros gastos	-145 718,30 €	-106 695,39 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	7 952 301,20 €	6 711 934,34 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-5 434 819,89 €	-5 193 841,32 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	2 517 481,31 €	1 518 093,02 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13 285,35 €	12 700,81 €
Juros e gastos similares suportados	-149 203,00 €	-196 719,08 €
Resultado antes de impostos	2 381 563,66 €	1 334 074,75 €
Resultado líquido do período	2 381 563,66 €	1 334 074,75 €





2.2.1 ANÁLISE DOS RENDIMENTOS

No ano de 2020 os rendimentos ascenderam a 31,34M€, o que representa um crescimento de 1,14M€ em termos absolutos e de 3,8% em termos relativos, comparativamente com o ano 2019.

Quadro 26 – Estrutura e evolução dos rendimentos

Rendimentos	2020	Peso (%)	2019	Peso (%)	Δ 2020/2019	
					Absoluta	Relativa
Impostos, contribuições e taxas	8 203 440,68 €	26,2%	7 571 775,67 €	25,1%	↑ 631 665,01 €	8,3%
Vendas	25 556,99 €	0,1%	29 380,85 €	0,1%	↓ -3 823,86 €	-13,0%
Prestações de serviços e concessões	2 946 110,16 €	9,4%	1 561 051,05 €	5,2%	↑ 1 385 059,11 €	88,7%
Transferências e subsídios correntes obtidos	18 251 391,81 €	58,2%	19 011 343,94 €	63,0%	↓ -759 952,13 €	0,0%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	12 580,58 €	0,0%	32 848,13 €	0,1%	↓ -20 267,55 €	-61,7%
Provisões (aumentos/reduções)	63 670,20 €	0,2%	47 165,83 €	0,2%	↑ 16 504,37 €	0,0%
Outros rendimentos	1 825 190,48 €	5,8%	1 932 126,29 €	6,4%	↓ -106 935,81 €	-5,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	13 285,35 €	0,0%	12 700,81 €	0,0%	↑ 584,54 €	4,6%
Total de Rendimentos	31 341 226,25 €	100,0%	30 198 392,57 €	100,0%	↑ 1 142 833,68 €	3,8%

Os rendimentos totais de 2020 ascenderam a 31,34M€, destacando-se as rubricas de *transferências e subsídios correntes obtidos* e *impostos, contribuições e taxas*, com um peso de 58,2% e 26,2%, respetivamente, representam as rubricas com maior peso na estrutura dos rendimentos.

Relativamente à variação na rubrica *prestações de serviços e concessões* de 1,39M€, resulta essencialmente pelo registo contabilístico relativo a rendas de concessão de 1,5M€, que em POCAL eram relevadas na conta 78 *proveitos e ganhos financeiros* e em SNC-AP são imputadas à conta 72 *prestações de serviços e concessões*.

Embora com a limitação de comparabilidade referida anteriormente, o total de rendimentos registou au acréscimo de 1,14M€ relativamente a 2019, representando um aumento de 3,8%.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below, along with the number 39.



2.2.2 ANÁLISE DOS GASTOS

Quadro 27 – Estrutura e evolução dos gastos

Gastos	2020	Peso (%)	2019	Peso (%)	Δ 2020/2019	
					Absoluta	Relativa
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	443 861,40 €	1,5%	858 412,67 €	3,0%	↓ -414 551,27 €	-48,3%
Fornecimentos e serviços externos	7 623 620,69 €	26,3%	8 586 149,21 €	29,7%	↓ -962 528,52 €	0,0%
Gastos com pessoal	11 541 456,03 €	39,9%	10 652 964,39 €	36,9%	↑ 888 491,64 €	8,3%
Transferências e subsídios concedidos	3 599 740,49 €	12,4%	3 269 535,76 €	11,3%	↑ 330 204,73 €	10,1%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	19 287,36 €	0,1%	0,00 €	0,0%	↑ 19 287,36 €	0,0%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	1 955,43 €	0,0%	0,00 €	0,0%	↑ 1 955,43 €	0,0%
Outros gastos	145 718,30 €	0,5%	106 695,39 €	0,4%	↑ 39 022,91 €	36,6%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5 434 819,89 €	18,8%	5 193 841,32 €	18,0%	↑ 240 978,57 €	0,0%
Juros e gastos similares suportados	149 203,00 €	0,5%	196 719,08 €	0,7%	↓ -47 516,08 €	-24,2%
Total de Gastos	28 959 662,59 €	100,0%	28 864 317,82 €	100,0%	↑ 95 344,77 €	0,3%

No tocante aos gastos do período que totalizaram 28,83ME, destacam-se os *gastos com pessoal* com 40,0%, *fornecimentos e serviços externos* com 26,0%, *gastos/reversões de depreciação e amortização* com 18,9% e *transferências e subsídios concedidos* com 12,5%.

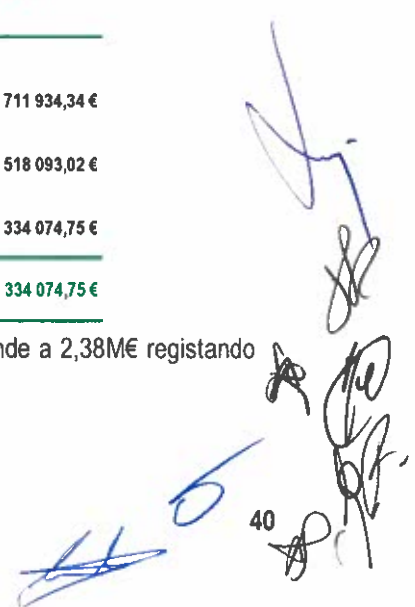
Relativamente a 2019, regista-se uma ligeira diminuição dos gastos totais de 0,3%.

2.2.3 RESULTADOS

Quadro 28 – Resultados

Resultados	2020	2019
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	7 952 301,20 €	6 711 934,34 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	2 517 481,31 €	1 518 093,02 €
Resultado antes de impostos	2 381 563,66 €	1 334 074,75 €
Resultado líquido do período	2 381 563,66 €	1 334 074,75 €

Da análise do desempenho económico, verifica-se que o resultado líquido do período ascende a 2,38ME registando um crescimento de 1,05ME face a 2019.





3. LIMITES LEGAIS

3.1. AFERIÇÃO DO LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece no artigo 52.º a dívida total como limite à dívida municipal.

Os n.ºs 1 a 3 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelecem:

Artigo 52.º

Limite da dívida total

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Em conformidade com o n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto, “1 — O disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, não se aplica nos anos de 2020 e 2021.”

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo do limite e a dívida total do município, reportada a 31 de dezembro de 2020.



Quadro 29 – Apuramento da capacidade de endividamento para o ano de 2020

Apuramento da Capacidade de Endividamento para o ano de 2020

DÍVIDA TOTAL

(art.º 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto)

Situação a 31/12/2020

Apuramento do limite da "Dívida Total"		2020	
Total receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios			77 388 472 €
Receita cobrada em 2017		24 564 136 €	
Receita cobrada em 2018		25 570 986 €	
Receita cobrada em 2019		27 253 350 €	
Média da receita			25 796 157 €
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios			38 694 236 €
Apuramento da Dívida Total - 31.12.2020			
Endividamento de Curto e Médio e Longo Prazos		13 095 219 €	
Conta	Designação	Dívida	
25.1.1.2.1.1.1+25 1.1.2.2.1.1	Empréstimos bancários de MLP não excecionados	12 561 421 €	
22.1	Fornecedores	227 977 €	
22.5	Fornecedores c/c - Faturas em receção e conferência	550 €	
24.2	Retenção de impostos sobre rendimentos	65 830 €	
24.5	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	232 554 €	
27.1.1	Fornecedores de investimentos c/c	1 907 €	
27.8.5	Sindicatos	1 312 €	
27.8.9.2.9.1.9.2	Outros credores em receção e conferência	37 €	
27.8.9.2.9.1.9.3	Outras entidades	844 €	
27.8.9.2.9.1.9.9	Outros credores	2 788 €	
Dívida total operações orçamentais do Município		13 095 219 €	
Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total (Art.º 54.º)*		166 891 €	
	CARNAGRI - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, S.A.	115 €	
	DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, CRL	580 €	
	I.E.T. - Instituto Empresarial do Tâmega	166 196 €	
DÍVIDA TOTAL		13 262 110 €	
Capacidade de Endividamento			
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL EM n (n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro)	(1)	38 694 236 €	
Montante da dívida Total a 31/12/2020 (excluindo operações extraorçamentais e FAM)	(2)	13 262 110 €	
Margem Absoluta (3 = 1 - 2)	(3) = (1) - (2)	25 432 126 €	

* As restantes entidades que relevam para efeitos de limites da dívida total, não forneceram informação.

O município apresenta um limite da dívida total em 31 de dezembro de 2020 no valor de € 38.694.236.

Da avaliação do quadro constata-se que o município apresenta uma dívida total em 31-12-2020 de € 13.262.110, cujo limite se situa nos € 38.694.236, representando uma **margem absoluta de endividamento de € 25.432.126**.

[Handwritten signatures and initials]

42



A 31 de dezembro de 2020, o município tem utilizada cerca de 34% da sua capacidade de endividamento.

Relativamente à dívida municipal, a Lei n.º 73/2013 estabelece mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal e as regras para a sua aferição.

Artigo 57.º

Mecanismos de recuperação financeira municipal

1 — Os municípios que ultrapassem o limite da dívida total previsto no artigo 52.º recorrem aos seguintes mecanismos de recuperação financeira, nos termos dos artigos seguintes:

a) Saneamento financeiro;

b) Recuperação financeira.

2 — A adesão aos mecanismos de recuperação financeira é facultativa ou obrigatória consoante o nível de desequilíbrio financeiro verificado a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 61.º

Recuperação financeira municipal

1 — O município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira.

2 — A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Artigo 58.º

Saneamento financeiro

1 — O município deve contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, quando, no final do exercício:

a) Ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º; ou

b) O montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, desde que verificada a situação prevista no n.º 1 do artigo 56.º



Artigo 56.º

Alerta precoce de desvios

1 — Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

A 31 de dezembro de 2020, o município não viola qualquer das situações tipificadas nos mecanismos de recuperação financeira municipal e saneamento financeiro, nem qualquer indicador de alerta precoce, denotando solidez nas finanças municipais.

3.2. EQUILÍBRIO CORRENTE (ARTIGO 40.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO)

O artigo 40.º a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais) estabelece no n.º 2, que:

"...a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos."

Contudo, atendendo à legislação aprovada no domínio do regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, estabelece o artigo 7.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril no que respeita ao Equilíbrio Orçamental que, "No ano de 2020 é suspensa a aplicação do n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual."

Ainda que a aplicabilidade do Equilíbrio Orçamental se encontre suspensa, apresenta-se no quadro seguinte a situação do município a 31 de dezembro de 2020.

Quadro 30 – Equilíbrio orçamental

Equilíbrio Orçamental

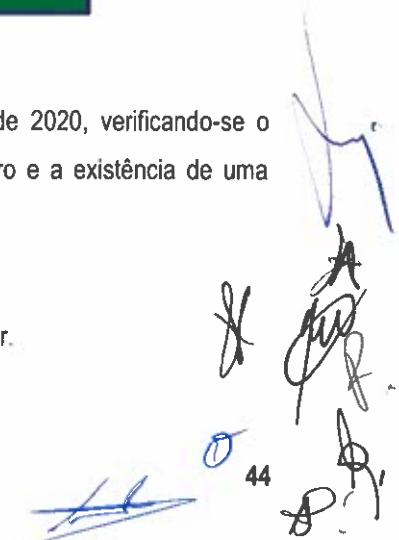
(Artigo 40.º do RFALB)

Data: 31/12/2020

Receita Corrente Bruta Cobrada (1)	Despesa Corrente (2)	Amortizações Médias Empréstimos MLP (3)	Margem (4 = 1-2-3)
29 976 652	22 018 030	2 024 953	5 933 669

O quadro anterior corresponde à aferição do equilíbrio orçamental relativo ao exercício de 2020, verificando-se o cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a existência de uma margem de 5.933.669€, face ao limite.

No mapa seguinte apresenta-se o cálculo das amortizações médias dos empréstimos em vigor.





Quadro 31 - Mapa de Cálculo de Amortizações Médias de Empréstimos

Identificação do empréstimo	Finalidade do empréstimo	Capital		Capital em dívida no ano 2020		Amortizações médias de capital (Artigo 40.º RFALE)	
		Contratado	Utilizado	Em 01.01.2020	Em 31.12.2020	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014
Caixa Geral de Depósitos	32 Habitações sociais	560 568,99	560 568,99	124 795,89	99 836,71	24 920,33	
Caixa Geral de Depósitos	Hab. loc. S.Lázaro-Parte Bon	949 176,48	949 176,48	52 428,95	0,00	52 364,21	
Caixa Geral de Depósitos	Hab. Soc. S.Lázaro-Parte Não Bon.	235 468,52	235 468,52	14 041,67	0,00	13 998,45	
Caixa Geral de Depósitos	Vários Investimentos	400 000,00	400 000,00	20 564,74	0,00	37 912,47	
Caixa Geral de Depósitos	Vários Investimentos	650 000,00	650 000,00	46 840,74	0,00	86 354,02	
Caixa Geral de Depósitos	Vários Investimentos	1 055 910,00	1 055 910,00	470 410,64	348 555,56	105 591,00	
Caixa Geral de Depósitos	Zona Desportiva de Vila Meã - Estádio Municipal - Execução do Relvado Sintético incluindo Balneários	500 000,00	500 000,00	301 013,72	251 231,33	48 895,08	
Caixa Geral de Depósitos	Vários Investimentos	4 530 618,00	4 530 618,00	3 624 494,40	3 171 432,60		377 551,50
Caixa Geral de Depósitos	Pavimentação do ex CM 1208 (atual EM 750) - Fridão	362 383,00	362 383,00	336 441,90	301 550,10		30 198,58
Caixa Geral de Depósitos	Reparação da EM 577 desde Bustelo à EN 15 - Bustelo	371 146,00	371 146,00	344 877,58	308 842,02		30 928,83
Caixa Geral de Depósitos	Aquisição de Terrenos	344 000,00	344 000,00	311 125,38	277 920,77		28 666,67
Caixa Geral de Depósitos	Arranjo Jardim Baden-Powell	141 500,00	141 500,00	131 370,75	117 746,51		11 791,67
Caixa Geral de Depósitos	Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais	400 000,00	400 000,00	361 773,68	323 163,64		33 333,33
Caixa Geral de Depósitos	Reparação da EM575 desde o entroncamento da EM769 até à Ponte s/ o Rio Marão (Ansiães)	96 376,00	96 376,00	87 165,74	77 863,04		8 031,33
Caixa Geral de Depósitos	Requalificação da EN que liga Lamas a Belesse - Gouveia (S. Simão)	111 811,00	111 811,00	101 125,68	90 333,10		9 317,58
Banco BPI	Vários Investimentos	4 461 883,00	4 461 883,00	1 165 186,63	702 053,46	426 179,36	
Banco BPI	Vários Investimentos	512 001,00	512 001,00	155 815,09	93 908,96	54 375,58	
Banco BPI	Pavimentação da Estrada Municipal 567, entre a Estrada Nacional 312 e o Largo de Pidre	339 963,00	339 963,00	305 966,72	271 970,44		28 330,25
Banco BPI	Parque Linear Arg Sidónio Pardo	70 503,00	70 503,00	65 215,46	58 165,14		5 875,25
Banco BPI	Aquisição de terrenos e/ou outros imóveis	1 128 210,00	1 096 260,00	1 096 260,00	1 096 260,00		54 813,00
Banco BPI	Intervenções estruturais de desobstrução e reabilitação fluvial e contenção de cheias	797 953,29	125 680,32	53 846,03	125 680,32		6 284,02
Banco BPI	Construção do Pavilhão Amadeo de Souza-Cardoso	987 920,00	987 920,00	0,00	987 920,00		49 396,00
Banco BPI	Aquisição do Património Imóvel das "Minas de Vieiros"	79 810,00	79 810,00		79 810,00		3 990,50
Banco BPI	Vários Investimentos	4 396 950,00	277 118,00		277 118,00		13 855,90
Crédito Agrícola	Vários Investimentos	1 507 277,00	1 507 277,00	282 514,60	94 205,00	176 634,03	
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 1	1 135 945,80	1 135 945,80	1 135 945,80	1 135 945,80		56 797,29
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 2	1 022 722,80	1 022 722,80	1 022 722,80	1 022 722,80		51 136,14
Crédito Agrícola	Aquisição de bem imóvel - Área 3	165 996,35	165 996,35	165 996,35	165 996,35		8 299,82
Banco Santander Totta	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BEI	803 250,41	240 975,12	240 975,12	240 975,12		12 048,76
Banco Santander Totta	Bairro Cancela de Abreu - IFRRU/BST	923 835,56	277 150,67	277 150,67	277 150,67		13 857,53
Banco Santander Totta	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/BST	1 439 676,16	431 902,85	431 902,85	431 902,85		21 595,14
Banco Santander Totta	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/BEI	437 202,80	131 160,84	131 160,84	131 160,84		6 558,04
		30 920 058,17	23 573 227,75	12 858 930,42	12 561 421,13	1 027 224,53	862 657,14
Banco Santander Totta	Reabilitação do Cine-Teatro - IFRRU/FEI/CPN	814 557,28	244 367,18	244 367,18	244 367,18		12 218,36
ADC - Agência p/ o Desenvolvi	Reabilitação do Bairro Cancela de Abreu - Eficiência Energética	787 246,79	262 415,60	262 415,60	262 415,60		17 494,37
ADC - Agência p/ o Desenvolvi	Reabilitação da Casa da Cadeia	46 733,86	46 733,86	46 733,86	46 733,86		3 115,59
ADC - Agência p/ o Desenvolvi	Escola Básica de Figueiró	469 438,31	312 958,88	156 479,44	312 958,88		20 863,93
ADC - Agência p/ o Desenvolvi	Escola Básica de Mancelos	511 549,16	341 032,78	170 516,39	341 032,78		22 735,52
ADC - Agência p/ o Desenvolvi	Reabilitação do Solar de Magalhães	1 142 748,15	380 916,05	0,00	380 916,05		25 394,40
ADC - Agência p/ o Desenvolvi	Mobilidade Urbana Sustentável - Amarante	1 496 218,21	498 739,40	0,00	498 739,40		33 249,29
		5 268 491,76	2 087 163,75	880 512,47	2 087 163,75	0,00	135 071,46
		36 188 549,93	25 660 391,50	13 739 442,89	14 648 584,88	1 027 224,53	997 728,60
				Amortizações Médias Totais		2 024 953,13	

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right and smaller initials throughout the right margin.



4. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão, conforme o disposto na NCP 27, é um sistema obrigatório e constitui um importante instrumento de gestão para análise e controlo de custos, bem como dos rendimentos e dos resultados das atividades.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos, com uma desagregação dos custos por bens, serviços e funções. Esta contabilidade vem completar a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, permitindo uma melhor gestão municipal em geral, e de cada unidade funcional, em particular.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

O Município de Amarante tem vindo a desenvolver os trabalhos necessários à integral implementação da contabilidade de gestão, com a noção de que nesta fase há ainda necessidade de aperfeiçoar muito o sistema, de consolidar e transitar de uma contabilidade meramente de custos para uma contabilidade mais abrangente, designadamente transpondo para um sistema de contabilidade de gestão, é o grande objetivo.

Atendendo ao descrito anteriormente, apresentam-se de seguida os elementos disponíveis relativos à contabilidade de gestão.

No quadro seguinte apresentam-se o total de gastos diretos e indiretos do exercício:

Quadro 32 – Contas analíticas de gastos

Código	Designação	DÉBITO	CRÉDITO
90	CONTAS REFLETIDAS		28 896 868,43
90.60	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS		3 599 740,49
90.61	CMVMC		443 861,40
90.62	FSE		7 623 620,69
90.63	GASTOS COM PESSOAL		11 541 456,03
90.64	DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		5 434 819,89
90.65	PERDAS POR IMPARIDADE		78 127,60
90.68	OUTROS GASTOS		154 761,35
90.69	GASTOS POR JUROS E OUTROS ENCARGOS		149 203,00
92/93	RECLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS/ATIVIDADES	29 025 590,45	
TOTAL DE GASTOS DIRETOS E INDIRETOS		29 025 590,45	29 025 590,45

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below, along with the number 46.]



A reclassificação dos gastos do período assenta numa classificação funcional dos gastos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 «Contabilidade de Gestão» do SNC-AP e é traduzida pelo quadro seguinte:

Quadro 33 – Classificação funcional dos gastos

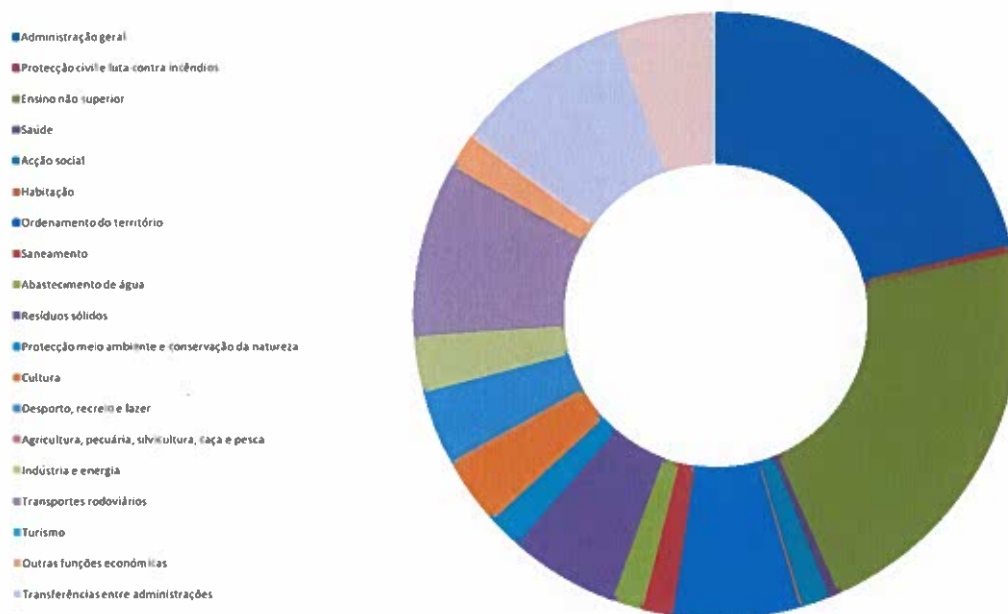
Código	Designação	Gastos Diretos e Indiretos a Bens e Serviços
1.	Funções Gerais	6 261 589
1.1.1.	Administração geral	6 135 364
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	126 224
2.	Funções Sociais	14 336 016
2.1.1.	Ensino não superior	6 341 640
2.2.0.	Saúde	155 077
2.3.2.	Ação social	439 769
2.4.1.	Habitação	33 271
2.4.2.	Ordenamento do território	1 966 933
2.4.3.	Saneamento	473 155
2.4.4.	Abastecimento de água	481 845
2.4.5.	Resíduos sólidos	1 688 346
2.4.6.	Protecção meio ambiente e conservação da natureza	518 081
2.5.1.	Cultura	1 086 801
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	1 151 098
3.	Funções Económicas	4 099 724
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1 726
3.2.0	Indústria e energia	880 386
3.3.1.	Transportes rodoviários	2 676 130
3.4.2.	Turismo	10 802
3.5.0.	Outras funções económicas	530 680
4.	Outras Funções	4 328 261
4.2.0.	Transferências entre administrações	2 759 096
4.3.0.	Diversas não especificadas	1 569 166
Total de gastos diretos e indiretos por funções		29 025 590

O quadro anterior traduz os gastos por funções, em resultados das funções no domínio das atribuições da autarquia.



A representação gráfica dos custos por funções constantes do quadro anterior, é a que se segue.

Gráfico 7 - Classificação funcional dos gastos



No quadro seguinte apresenta-se o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção que são: as funções gerais, sociais, económicas e outras funções e na prossecução das suas atribuições

Quadro 34 – Classificação dos gastos por grandes áreas funcional

Código	Designação	Gastos Diretos e Indiretos a Bens e Serviços	Peso Relativo %
1.	Funções Gerais	6 261 589	21,6%
2.	Funções Sociais	14 336 016	49,4%
3.	Funções Económicas	4 099 724	14,1%
4.	Outras Funções	4 328 261	14,9%
Total de gastos diretos e indiretos por funções		29 025 590	100,0%

Verifica-se que as funções sociais apresentam o maior peso relativo no total dos custos diretos e indiretos, com 49,4%, enquanto as funções sociais representam 21,6%, as outras funções 14,9% e as funções económicas 14,1%.

Conforme referido, o Município de Amarante encontra-se ainda em fase de implementação do sistema, sendo possível já em 2020 a obtenção de informação do total dos gastos diretos e indiretos por funções, assim como, utiliza as aplicações informáticas na gestão de gastos por atividades, através da elaboração de fichas de atividade, com imputação de custos diretos às mesmas.

[Handwritten signatures and initials]



5. PROPOSTA DE APROVAÇÃO E APLICAÇÃO DE RESULTADOS E PONTO 4.1 DA INSTRUÇÃO N.º 1/2019 DO TdC

O Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e respetivas Normas de Contabilidade Pública e com as instruções do Tribunal de Contas, retratando de forma clara e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira e o resultado das operações da entidade contabilística Município de Amarante.

Pelo referido, e tendo em conta que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 se apurou um resultado líquido do exercício positivo, no montante de 2.381.563,66 €, propõe-se:

- que seja aprovado o Relatório de Gestão e Contas e os demais documentos de prestação de contas;
- que o resultado líquido do exercício seja aplicado 95% em resultados transitados e 5% em Reservas Legais.

Estabelece o 4.1 da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas que:

“4.1 — Ata — A ata da reunião de aprovação das contas pelo órgão competente, a apresentar pelas entidades que aplicam o SNC-AP, deverá identificar os factos mais importantes constantes dos documentos de prestação de contas, abrangendo, de acordo com as situações aplicáveis, nomeadamente os seguintes:

Total do ativo, património líquido/capital próprio/fundo social e passivo (Balanço);

Rendimentos e gastos (DR);

Resultado líquido;

Recebimentos e pagamentos (DFC);

Desempenho orçamental (recebimentos e pagamentos) (DDO);

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental (de operações orçamentais e de operações de tesouraria).”

Assim, apresenta-se de seguida informação nestes termos, em conformidade com a constante dos documentos de prestação de contas:

Balanço

Total do ativo: 135.687.233,85€

Total património líquido/capital próprio/fundo social: 115.840.091,92€

Total passivo: 19.847.141,93€

Demonstração de Resultados (DR)

Total de Rendimentos: 31.341.226,25€

Total de Gastos: 28.959.662,59€



Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

Total de Recebimentos: 37.349.727,13€

Total de Pagamentos: 34.699.139,20€

Desempenho orçamental (DDO)

Total de Recebimentos: 37.349.727,13€

Total de Pagamentos: 34.699.139,20€

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental

Saldo inicial de operações orçamentais: 1.671.919,16€

Saldo final de operações orçamentais: 4.322.507,09€

Saldo inicial de operações de tesouraria: 1.737.503,66€

Saldo final de operações de tesouraria: 1.313.650,33€





CAPITULO III – REPORTING DE ATIVIDADES

O ano de 2020 foi fortemente marcado pela pandemia COVID-19 e as consequências nefastas na vida das pessoas e das instituições.

As atividades a desenvolver pelo município em 2020 foram projetadas num quadro de anterior ao início da pandemia e, naturalmente tiveram de ser ajustadas em função do desenvolvimento desta.

Naturalmente, foram redirecionados recursos consideráveis para o combate à COVID-19, com o objetivo de minimizar o seu impacto na vida das famílias, das instituições e das empresas e comércio locais.

De entre as medidas direcionadas às respostas no âmbito do combate à COVID-19, destacam-se:

- RAC's - Resposta de Apoio à Comunidade (bens essenciais)
- Apoio às instituições de carácter social do concelho
- FMES - Fundo Municipal de Emergência Social
- Apoio à aquisição de ventilador através da CIM-TS
- Adaptação de instalações municipais
- Aumento de oferta de transportes públicos
- Aquisição de computadores e routers para as escolas (ensino à distância)
- Aquisição de material de proteção individual, de desinfeção e testes serológicos
- Aquisição de equipamento informático destinado ao teletrabalho
- Participação em iniciativas de Dinamização do Comércio Tradicional "Viva o Natal na magia da economia local", "Comprar local"
- Apoio redução/isenção de rendas e remunerações comerciais

A necessidade desta reorientação estratégica, numa resposta imediata ao momento de grande exigência e dificuldades, condicionou o regular desenvolvimento da atividade municipal mas, com determinação e responsabilidade continuaram a desenvolver-se projetos estruturantes para o concelho, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020.

Importa também registar, pela dimensão e relevância da matéria, que em 2020 o município assumiu as competências no domínio da educação, no âmbito do processo de transferência de competências para a administração local.

Considerando o relatado anteriormente e, nomeadamente o impacto que a COVID-19 na atividade municipal, enumeram-se algumas das ações e projetos constantes das Grandes Opções do Plano (GOP's), agregados em função da classificação funcional, realizados durante o ano 2020



DINAMIZAÇÃO E COESÃO SOCIAL



O Objetivo da Dinamização e Coesão Social absorveu 12% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 2.450.300 euros.

Neste objetivo foram alocadas verbas significativas no âmbito das medidas de combate à COVID-19, de apoio às famílias e instituições.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Subsídio ao arrendamento;
- Fundo Municipal de Emergência Social;
- Apoio Familiar: Tarifa Social e Familiar;
- Dinamização da Rede Social;
- Recuperação do Bairro Cancela de Abreu;
- Apoio às Instituições Sociais;
- Medidas de apoio ao emprego.



EDUCAÇÃO

O Objetivo da Educação absorveu 17% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 3.297.999 euros.

No domínio da educação, como já referido, em 2020 o município assumiu competências no âmbito do processo de transferência de competências da administração central para a administração local, com grande impacto, nomeadamente ao nível da gestão de recursos humanos, instalações e equipamentos.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Transportes escolares;
- Protocolos com entidades parceiras;
- Projetos para edifícios escolares;
- Apoio na aquisição de material escolar a alunos carenciados;
- Educação alimentar/Incentivo ao Consumo de fruta;
- Remodelação da EB1 de Lama (Figueiró);
- Requalificação da EB 2,3 de Amarante;
- Requalificação da EB1 de Felgueiras (Mancelos).



COESÃO TERRITORIAL

O Objetivo da Coesão Territorial absorveu 15% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 2.998.665 euros.

Para além de outras ações relevantes para a coesão territorial, é importante também destacar em 2020, o arranque do exercício de competências, por parte do município, em matéria de Serviço Público de Transporte de

Passageiros, visando proporcionar a todos os amarantinos serviços de mobilidade de qualidade.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia;
- Arranjos e Reparações em Vias Municipais;
- Apoio às Associações do Município em ações correntes e projetos de investimento;
- Serviço Público de Transporte de Passageiros (SPTP).



ECONOMIA, INOVAÇÃO E EMPREGO

Objetivo da Economia, Inovação e Emprego absorveu 1% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 165.551 euros.

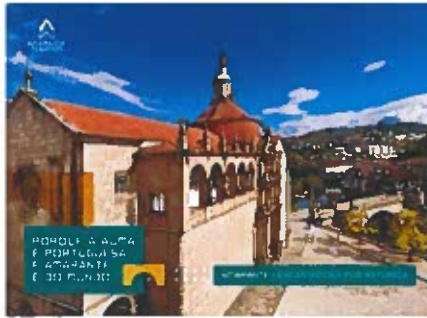
Este domínio também foi alvo de redesenho da estratégia, canalizando-se recursos para a dinamização de medidas de combate à COVID-19, nomeadamente no âmbito do apoio à economia local.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição do Património Imóvel das «Minas de Vieiros»
- Participação em iniciativas de Dinamização do Comércio Tradicional "Viva o Natal na magia da economia local", "Comprar local";
- Ações no âmbito da Economia, Inovação e Emprego;
- Ações no âmbito do Projeto *BeePathNet*;
- Participação em projetos comunitários e internacionais;



53



TURISMO

O Objetivo do Turismo absorveu 1% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 151.676 euros.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Programas/Atividades de dinamização e Promoção

Turística

- Atividades promocionais e imagem institucional do Município;
- iPlace - Rede de Planeamento de Ações;
- Criação e participação em projetos internacionais de turismo.



CULTURA

O Objetivo da Cultura absorveu 12% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 2.441.877 euros.

O quadro de pandemia vivido durante o ano de 2020, não permitiu o desenvolvimento da programação cultural, limitando-se neste domínio, à execução de ações antes do início do seu início e à continuação da

execução dos projetos de investimento no âmbito do Portugal 2020, como "Recuperação do Cine-Teatro de Amarante" e "Recuperação do Solar dos Magalhães".

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição, conservação preventiva e restauro de Obras de Arte
- Apoio às Associações do Município em Atividades Correntes e de Investimento;
- Prémio Amadeo de Sousa-Cardoso
- CineFest
- Exposição "Fuck Art, Let's Eat"
- Recuperação do Solar dos Magalhães;
- Empreitada de Recuperação do Cine-Teatro de Amarante.



JUVENTUDE E DESPORTO

O Objetivo da Juventude e Desporto absorveu 10% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.993.492 euros.

Neste domínio importa registar, que também se alocaram recursos a medidas de combate à COVID-19, nomeadamente no apoio às associações desportivas do concelho.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Programa de apoio ao Voluntariado Jovem;
- Orçamento participativo jovem;
- Pavilhão Gimnodesportivo Escola Básica Amadeo de Souza Cardoso
- Ações correntes no âmbito do ensino e apoio das atividades desportivas;
- Apoio às associações do Município em ações correntes;
- Apoio às associações do Município em investimentos;
- Ampliações e reparações em recintos desportivos;



ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E REABILITAÇÃO URBANA

O Objetivo do Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana absorveu 3% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 636.864 euros.

Realce-se neste objetivo a concretização das ações previstas no âmbito da candidatura "Mobilidade Urbana Sustentável de Amarante (PAMUS)" e os efeitos que induzirá na melhoria das condições de mobilidade urbana e de ordenamento do território.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Mobilidade Urbana Sustentável de Amarante (PAMUS)
- Elaboração de estudos de mobilidade, circulação e tráfego;
- Intervenções de Regeneração urbana;
- Arranjos urbanísticos;
- Aquisição de terrenos



AMBIENTE

O Objetivo do Ambiente absorveu 9% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.731.497 euros.

De entre outras ações de preservação e valorização ambiental, destaque-se o investimento em 2020 com na aquisição de dois camiões de recolha de resíduos urbanos e uma viatura de limpeza de contentores.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Tratamento dos resíduos sólidos domésticos.
- Limpeza e desmatações de arruamentos, passeios, muros, parques, taludes e zonas ribeirinhas
- Projetos no âmbito da Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas
- Intervenções estruturais de desobstrução, reabilitação fluvial e contenção de cheias (POSEUR)
- Projeto "O Marão tem Sangue Azul"



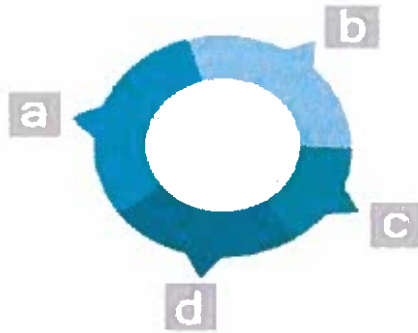
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS

O Objetivo da Segurança e Ordem Públicas absorveu 2% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 370.981 euros.

Para além da atividade regular do município neste domínio, registe-se que no contexto do combate à COVID-19 se reforçou o apoio atribuído às corporações dos Bombeiros Voluntários de Vila Meã e de Amarante.

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Participação nas equipas de Intervenção Permanente;
- Participações em ações correntes – Bombeiros;
- Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais;
- Ações no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (DFCI).



Governância da Câmara

O Objetivo da Governância da Câmara absorveu 19% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 3.674.849 euros.

O município continua a alocar importantes recursos à modernização e qualificação continua dos serviços, com o objetivo de prestar serviços de qualidade aos munícipes e, nesta linha, em 2020 desenvolveram-se

diversas ações no âmbito da candidatura ao Norte 2020 "Amarante Transformação Digital"

Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição, instalação e manutenção de equipamento informático;
- Realização de estudos e trabalhos de consultadoria;
- Assistência técnica de equipamentos;
- Formação e capacitação da CMA;
- Realização de estudos e trabalhos de consultadoria
- Encargos com instalações;
- Renovação da Frota Automóvel;
- Iluminação Pública.
- Projeto "Amarante Transformação Digital"

Assim, tendo em conta o programa do Executivo para 2020, apesar da necessidade de reorientação estratégica face ao quadro de pandemia da COVID-19, dos desvios financeiros em termos absolutos, as grandes opções do plano para 2020 foram conseguidas pois constata-se que, em termos relativos, os valores obtidos foram aproximados aos propostos.



Quadro 35 - Execução Orçamental das GOP's por Objetivos Estratégicos

DESTINO	Montante Previsto	Montante Executado	Execução Financeira %	Peso relativo executado %	Peso relativo previsto %
Dinamização e Coesão Social	2 806 787,00	2 450 299,98	87,30%	12,30%	11,95%
Educação	3 455 929,00	3 297 999,20	95,43%	16,56%	14,72%
Coesão Territorial	3 475 544,00	2 998 665,24	86,28%	15,06%	14,80%
Economia, Inovação e Emprego	277 577,00	165 551,05	59,64%	0,83%	1,18%
Turismo	193 710,00	151 676,72	78,30%	0,76%	0,82%
Cultura	2 818 002,00	2 441 877,42	86,65%	12,26%	12,00%
Juventude e Desporto	2 304 365,00	1 993 492,54	86,51%	10,01%	9,81%
Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana	1 162 910,00	636 863,95	54,76%	3,20%	4,95%
Ambiente	1 905 047,00	1 731 496,74	90,89%	8,69%	8,11%
Segurança e Ordem Públicas	388 450,00	370 980,57	95,50%	1,86%	1,65%
Governância da Câmara	4 694 431,00	3 674 849,00	78,28%	18,45%	19,99%
TOTAL	23 482 752,00	19 913 752,41	84,80%	100,00%	100,00%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below. A small number '58' is visible near the bottom of the signatures.



FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Depois das duas primeiras vagas do COVID-19 ocorridas durante 2020, cujos impactos são reconhecidos e divulgados nas respetivas demonstrações financeiras daquele exercício, a Pandemia registou nos primeiros dois meses de 2021 (terceira vaga) um subsequente e severo agravamento que, somente neste curto período, terá ultrapassado o número de incidentes (infetados e óbitos) de todo o ano de 2020.

Uma vez que esta Pandemia tem tido e continua a ter um impacto social e económico muitíssimo significativo, voltando a gerar um elevado grau de incerteza, as implicações no relato financeiro têm sido e podem continuar também a ser muito significativas.

A generalidade das medidas de combate à COVID-19 implementadas em 2020 e referidas no capítulo III deste documento, manter-se-ão em 2021, sendo o impacto das mesmas objeto de relato no âmbito da prestação de contas do exercício 2021.



59



**DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS**



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		
N.º	DESIGNAÇÃO	Documento TC
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
1	Balanço	A1
2	Demonstração de resultados por natureza	A1
3	Demonstração das alterações no património líquido	A1
4	Demonstração de fluxos de caixa	A1
5	Anexo às demonstrações Financeiras	A1
	Q0 - Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP	A4
	Q1 - Desagregação de caixa e depósitos	A1
	Q3.1 - Ativos intangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q3.2 - Quantia escriturada e variações do período	A1
	Q3.2A - Ativos intangíveis - Adições	A1
	Q4. - Acordos de concessão de serviços	A1
	Q5.1 - Ativos fixos tangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q5.2 - Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período	A1
	Q5.2A - Ativos fixos tangíveis - Adições	A1
	Q5.2B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições	A1
	Q7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários	A1
	Q8.1 - Propriedades de investimento - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	A1
	Q8.2 - Propriedades de investimento - Quantia escriturada e movimentos do período (modelo do custo)	A1
	Q10.1 - Inventários	A1
	Q10.2 - Inventários - movimentos do período	A1
	Q13 - Rendimentos com contraprestação	A1
	Q14 - Rendimentos sem contraprestação	A1
	Q15 - Provisões	A1
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS		
1	Demonstração do desempenho orçamental	A1
2	Demonstração de execução orçamental da receita	A1
3	Demonstração de execução orçamental da despesa	A1
4	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	A1
5	Anexo às demonstrações orçamentais	
5.1	Alterações orçamentais da receita	A1
5.2	Alterações orçamentais da despesa	A1
5.3	Alterações ao plano plurianual de investimentos	A1
5.4	Operações de tesouraria	A1
5.5	Contratação administrativa - Situação dos contratos	A1
5.6	Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento	A1
5.7	Transferências e subsídios concedidos	A1
5.8	Transferências e subsídios recebidos	A1
	Certificação legal de contas	A1
OUTROS DOCUMENTOS		
	Declaração de compromissos plurianuais	-

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it. A small number '61' is written near the bottom right of the page.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras apresentadas no presente relatório referem-se ao exercício de 2020, de 01.01.2020 a 31.12.2020, cuja preparação foi realizada em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), na sua versão atualizada, e aprovada pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

1. Balanço
2. Demonstração de Resultados
3. Demonstração das alterações no património líquido
4. Demonstração dos fluxos de caixa
5. Anexo às demonstrações financeiras



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below, some with a checkmark.



1 BALANÇO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

82 A
5 (R)
63 P. A. G.

[Large handwritten signature]

BALANÇO

MUNICÍPIO DE AMARANTE

Data: 31-12-2020

Unidade Monetária: euro

Rubricas	Notas	SNC-AP	POCAL ^(a)
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	118 421 104,72	118 724 004,79
Propriedades de investimento	8	103 399,91	448 035,80
Ativos intangíveis	3	527 585,53	572 991,47
Participações financeiras	18	5 006 742,97	4 271 129,53
Cientes, contribuintes e utentes		2 980,94	
		124 061 814,07	124 016 161,59
Ativo corrente			
Inventários	10	15 657,85	38 074,66
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			990,00
Cientes, contribuintes e utentes		46 242,66	73 700,11
Estado e outros entes públicos		3 754,99	5 044,82
Outras contas a receber		5 815 389,89	5 958 271,32
Diferimentos		108 216,97	88 761,54
Caixa e depósitos	1	5 636 157,42	3 409 422,82
		11 625 419,78	9 574 265,27
Total Ativo		135 687 233,85	133 590 426,86
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	89 193 216,28	89 193 216,28
Reservas	18	2 565 827,08	2 565 827,08
Resultados transitados	18	-3 589 539,40	-1 282 275,18
Ajustamentos em ativos financeiros	18	746 611,92	
Outras variações no património líquido	18	24 542 412,38	23 097 240,42
Resultado líquido do período		2 381 563,66	1 334 074,75
Total Património Líquido		115 840 091,92	114 908 083,35
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	103 131,63	565 772,53
Financiamentos obtidos	7	12 853 754,78	12 023 043,79
Diferimentos		1 482 381,71	
		14 439 268,12	12 588 816,32
Passivo corrente			
Fornecedores		228 527,07	1 104 116,47
Estado e outros entes públicos		299 659,72	253 416,25
Financiamentos obtidos	7	1 794 830,10	1 716 399,10
Fornecedores de investimentos		1 906,50	369 616,78
Outras contas a pagar		3 082 950,42	2 649 978,59
		5 407 873,81	6 093 527,19
Total Passivo		19 847 141,93	18 682 343,51
Total Património Líquido e Passivo		135 687 233,85	133 590 426,86

(a) valores de acordo com o normativo contabilístico anterior (POCAL), através de uma mera conversão de saldos

2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS
MUNICÍPIO DE AMARANTE

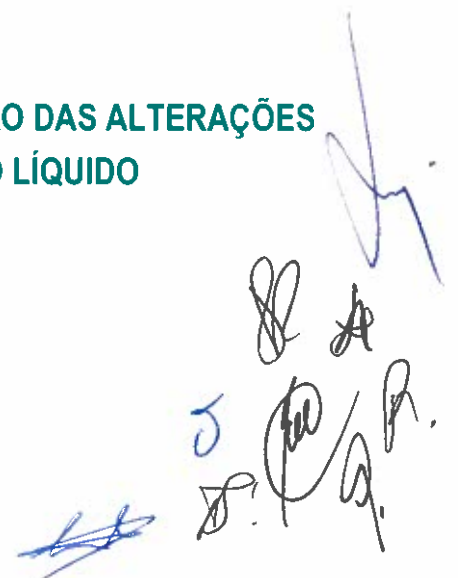
Data: 31-12-2020

Unidade Monetária: euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	SNC-AP	POCAL ^(a)
		2020	2019
Impostos, contribuições e taxas	13	8 203 440,68	7 571 775,67
Vendas	13	25 556,99	29 380,85
Prestações de serviços e concessões	13	2 946 110,16	1 561 051,05
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	18 251 391,81	19 011 343,94
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13	12 580,58	32 848,13
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-443 861,40	-858 412,67
Fornecimentos e serviços externos		-7 623 620,69	-8 586 149,21
Gastos com pessoal		-11 541 456,03	-10 652 964,39
Transferências e subsídios concedidos		-3 599 740,49	-3 269 535,76
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-19 287,36	
Provisões (aumentos/reduções)	14	63 670,20	47 165,83
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-1 955,43	
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13	1 825 190,48	1 932 126,29
Outros gastos		-145 718,30	-106 695,39
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		7 952 301,20	6 711 934,34
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-5 434 819,89	-5 193 841,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		2 517 481,31	1 518 093,02
Juros e rendimentos similares obtidos		13 285,35	12 700,81
Juros e gastos similares suportados		-149 203,00	-196 719,08
Resultado antes de impostos		2 381 563,66	1 334 074,75
Resultado líquido do período		2 381 563,66	1 334 074,75

(a) valores de acordo com o normativo contabilístico anterior (POCAL), através de uma mera conversão de saldos

3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO PATRIMÓNIO LÍQUIDO



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right, a smaller signature below it, and several initials and scribbles at the bottom right.

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

(MUNICÍPIO DE AMARANTE)

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido										Interesses que não controlam	Total do património líquido				
		Capital / Património subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da Transferência de Ativos	Outras Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período			TOTAL			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	89 193 216,28		2 565 827,08			-1 282 275,18				1 334 074,75	781 405,35		23 097 240,42	1 334 074,75	114 908 083,35	114 908 083,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																	
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico									781 405,35								
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de revalorização																	
Excedentes de revalorização e respetivas variações																	
Transferências e subsídios de capital									-34 793,43								
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido																	
Correção de erros materiais	(2)																
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)																
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																	
Subscrições de capital / património																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
Subscrições de prémios de emissão	(5)																
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	89 193 216,28		2 565 827,08			-3 589 539,40		746 611,92				24 542 412,38	2 381 563,66	115 840 091,92	115 840 091,92	

4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Relativamente ao saldo inicial de 2020 "caixa e seus equivalentes de caixa no início do período" importa relatar o tratamento da situação associado ao alcance à tesouraria, conforme notificação do Tribunal de Contas.

Considerando que no âmbito da verificação Interna da Conta de 2016 do Município de Amarante, realizada pelo Tribunal de Contas, este notificou em 17/10/2019 que concluído as análises às contas de gerência de 2001 a 2004 que se encontravam pendentes e, atendendo que "o MA mantém identificado no Resumo Diário de Tesouraria o montante em falta, que foi apurado e atualizado em 28/02/2005, no valor de € 398.970,70, como valor a subtrair às disponibilidades em banco, por estas não coincidirem com os extratos bancários" "nos termos e, considerando a Ficha de Apoio Técnico n.º 4/2014 do SATAPOCAL, que apresenta a contabilização a efetuar em casos de desaparecimento de bens monetários nas autarquias, deverá o Município de Amarante proceder à contabilização descrita, adaptando-a ao seu caso em concreto, já que a mesma prevê o crédito da conta 11 – Caixa por contrapartida da conta 6988 – Outros custos e perdas extraordinários, devendo no caso, em apreciação, proceder-se ao registo de créditos nas contas 12 – depósitos bancários, pelos montantes apurados em cada um deles."

Consta da referida notificação, ponto 12 Projeto de Recomendações, vi. "Efetuar a regularização contabilística dos saldos das diversas contas bancárias de depósito à ordem, no valor de € 398.970,70€, nos termos propostos pela ficha de apoio técnico n.º 4/2014 do SATAPOCAL."

O Município desencadeou as diligências necessárias ao cumprimento da recomendação, conforme deliberação da Câmara Municipal de 17 de dezembro de 2019.

Para materializar a regularização, foram efetuados os seguintes procedimentos:

1. Após avaliação da situação por parte do fornecedor da aplicação informática, concluiu não ser tecnicamente possível a rectificação pela simples alteração do saldo inicial de 2020 no Resumo Diário de Tesouraria e Fluxos de Caixa;
2. A regularização a efetuar implicaria forçosamente que o saldo final de 2019 não seria coincidente com o saldo inicial de 2020;
3. Para materializar a regularização se torna necessário a emissão de uma ordem de pagamento, que não tem natureza orçamental, contudo o valor a expurgar encontra-se inscrito no saldo orçamental, pelo que para concretizar a operação se mostra necessário e indispensável a transferência no saldo inicial do montante a regularizar (398.970,70€) de saldo orçamental para saldo de operações de tesouraria e após a emissão da ordem de pagamento de tesouraria a situação fica regularizada;
4. Do descrito anteriormente resulta que o saldo final de 2019 e inicial de 2020 é o seguinte:

2019		2020	
Saldo para a gerência seguinte	3.409.422,82	Saldo de gerência anterior	3.409.422,82
Execução orçamental	2.070.889,86	Execução orçamental	1.671.919,16
Operações de tesouraria	1.338.532,96	Operações de tesouraria	1.737.503,66

Conforme descrito, a situação foi regularizada em 2020 em cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas

 70



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Data: 31-12-2020

Unidade Monetária: euro

Rubricas	Notas	SNC-AP	POCAL
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 412 835,36 €	1 613 403,77 €
Recebimentos de contribuintes		3 124 101,47 €	7 765 103,41 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		18 453 430,82 €	16 094 065,21 €
Recebimentos de utentes		511 651,51 €	237 214,56 €
Pagamentos a fornecedores		-8 834 045,29 €	-9 330 870,31 €
Pagamentos ao pessoal		-10 975 726,61 €	-10 678 227,34 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 962 795,93 €	-3 315 314,27 €
Caixa gerada pelas operações		1 729 451,33 €	2 385 375,03 €
Outros recebimentos/pagamentos		5 305 917,70 €	-251 790,71 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		7 035 369,03 €	2 133 584,32 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-8 465 683,10 €	-7 187 174,95 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-842 384,68 €	-58 236,62 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Propriedades de Investimento		1 723 581,22 €	
Recebimentos - Transferências de capital		2 011 162,00 €	2 604 543,82 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-5 573 324,56 €	-4 640 867,75 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		2 623 333,57 €	3 977 804,33 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 714 191,58 €	-2 448 374,60 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-144 451,86 €	-147 212,04 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		764 690,13 €	1 382 217,69 €
Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2 226 734,60 €	-1 125 065,74 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		3 409 422,82 €	4 534 488,56 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		5 636 157,42 €	3 409 422,82 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		3 409 422,82 €	4 534 488,56 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		3 409 422,82 €	4 534 488,56 €
SGA De execução orçamental		1 671 919,16 €	3 005 966,58 €
SGA De operações de tesouraria		1 737 503,66 €	1 528 521,98 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		5 636 157,42 €	3 409 422,82 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		5 636 157,42 €	3 409 422,82 €
SGS De execução orçamental		4 322 507,09 €	2 070 889,86 €
SGS De operações de tesouraria		1 313 650,33 €	1 338 532,96 €

**5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a circled '10' in the middle, and various initials and numbers at the bottom.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão da conta apresentada para o período de relato. As notas relativamente às quais se considere não haver informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão apresentadas.

NOTA 0 | ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

As presentes demonstrações financeiras constituem as primeiras demonstrações financeiras apresentadas pelo Município de Amarante em conformidade com as normas de contabilidade pública e de relato financeiro, previstas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, em vigor à data de 01 de janeiro de 2020.

Com a adoção pela primeira vez deste novo referencial contabilístico, torna-se relevante a presente divulgação transitória, tendo em conta a forma como a transição do normativo contabilístico anterior (POCAL), para o atual, afetou a posição e o desempenho financeiro relatados.

Tal como descrito no Manual de Implementação do SNC-AP, na adoção do novo referencial contabilístico, o Município de Amarante preparou o seu balanço de abertura na data de transição de 1 de janeiro de 2020 implicando um conjunto de ajustamentos ao último balanço preparado de acordo com o anterior normativo de contabilidade pública (POCAL), como:

- Reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reconhecer itens como ativos, apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública;
- Reclassificar itens que forem reconhecidos de acordo com o POCAL numa determinada categoria, mas que de acordo com as Normas de Contabilidade Pública pertencem agora a outra;
- Aplicar as Normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Os ajustamentos resultantes da alteração das políticas contabilísticas com referência ao POCAL para o SNC-AP, têm o seu reflexo nas contas "564 – Resultados transitados - Ajustamentos de transição para SNC-AP" e "5711 – Ajustamentos em ativos financeiros relacionados com o método da equivalência patrimonial – Ajustamentos de transição".

De acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística, as primeiras demonstrações financeiras de uma entidade preparadas nos termos do novo normativo devem incluir o ano anterior como informação comparativa, podendo basear-se no normativo contabilístico anterior (POCAL), sem necessidade de o reexpressar com base nas NCP relevantes, através de uma mera conversão dos saldos para as

contas e rubricas das demonstrações financeiras definidas em SNC-AP. Esta situação implicou a perda de comparabilidade entre 2020 e 2019, sendo retomada com as demonstrações financeiras para 2021. Numa análise custo-benefício, a Comissão de Normalização Contabilística concluiu que a apresentação do ano de 2020 de acordo com os requisitos das NCP relativas ao subsistema da contabilidade financeira importaria custos superiores aos benefícios a obter.

Nos termos da NCP 1, as entidades devem efetuar um conjunto de divulgações específicas no primeiro período de relato em que aplicam o SNC-AP, em concreto a forma como a transição do POCAL afetou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados, através da reconciliação do balanço a 31.12.2019 preparado em POCAL, convertido para as rubricas definidas em SNC-AP, com o balanço de abertura a 01.01.2020 de acordo com o SNC-AP.

A adoção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCP teve o seguinte efeito o balanço de abertura a 1 de janeiro de 2020, face ao valor final de 31 de dezembro de 2019:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a blue circle, and the number 74.

Q0 – Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP

RUBRICAS DO BALANÇO	Valores conforme normativo POCAL 31-12-2019	Reconhecimento	Desreconhecimento	Critério de Mensuração	Imparidades / Reversões	Outros	Retificações	Reclassificações	SNC-AP 01-01-2020
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10] = [2] + ... + [9]
ATIVO									
ATIVOS NÃO CORRENTES									
Ativos fixos tangíveis	118 724 004,79 €	1 444 187,80 €	-4 569 173,97 €					260 014,83 €	115 859 033,45 €
Propriedades de investimento	448 035,80 €		-8 500,21 €					-332 752,52 €	106 783,07 €
Ativos intangíveis	572 991,47 €							72 737,69 €	645 729,16 €
Participações financeiras	4 271 129,53 €			781 405,35 €					5 052 534,88 €
Sub-total	124 016 161,59 €	1 444 187,80 €	4 577 674,18 €	781 405,35 €				0,00 €	121 664 080,56 €
ATIVOS CORRENTES									
Inventários	38 074,66 €								38 074,66 €
Ativos biológicos									
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	990,00 €								990,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	73 700,11 €								73 700,11 €
Estado e outros entes públicos	5 044,82 €								5 044,82 €
Outras contas a receber	5 958 271,32 €								5 958 271,32 €
Diferimentos	88 761,54 €								88 761,54 €
Caixa e depósitos	3 409 422,82 €								3 409 422,82 €
Sub-total	9 574 265,27 €								9 574 265,27 €
TOTAL DO ATIVO	133 590 426,86 €	1 444 187,80 €	4 577 674,18 €	781 405,35 €				0,00 €	131 238 345,83 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO									
Património/Capital	-89 193 216,28 €								-89 193 216,28 €
Reservas	-2 565 827,08 €								-2 565 827,08 €
Resultados transferidos	1 282 275,18 €	-1 444 187,80 €	4 131 616,26 €						3 969 703,62 €
Ajustamentos em ativos financeiros	-23 097 240,42 €		446 057,94 €	-781 405,35 €					-781 405,35 €
Outras variações no património líquido	-1 334 074,75 €								-22 279 531,85 €
Resultado líquido do período	-114 908 083,35 €	1 444 187,80 €	4 577 674,18 €	-781 405,35 €					-112 184 351,69 €
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		1 444 187,80 €	4 577 674,18 €	-781 405,35 €				371 650,63 €	
PASSIVO									
PASSIVO NÃO CORRENTE									
Provisões	-565 772,53 €								-565 772,53 €
Financiamentos obtidos	-12 023 043,79 €								-12 023 043,79 €
Diferimentos	-12 588 816,32 €								-371 650,63 €
Sub-total	-25 177 632,64 €								-25 177 632,64 €
PASSIVO CORRENTE									
Fornecedores	-1 104 116,47 €								-1 104 116,47 €
Estado e outros entes públicos	-253 416,25 €								-253 416,25 €
Financiamentos obtidos	-1 716 399,10 €								-1 716 399,10 €
Fornecedores de investimentos	-369 616,78 €								-369 616,78 €
Outras contas a pagar	-2 649 978,59 €								-2 649 978,59 €
Sub-total	-6 093 527,19 €								-6 093 527,19 €
TOTAL DO PASSIVO	-31 271 159,83 €								-31 271 159,83 €
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO	-133 590 426,86 €	1 444 187,80 €	4 577 674,18 €	-781 405,35 €				0,00 €	-131 238 345,83 €

Os ajustamentos mencionados na reconciliação do balanço de abertura resultam das diferenças identificadas entre os normativos POCAL e SNC-AP destacando-se:

- Alteração (reconhecimento/desreconhecimento) ao valor contabilístico dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e subsídios obtidos para aquisição de ativos depreciables, no seguimento das alterações às vidas úteis dos edifícios e outras construções (colunas [3] e [4] do quadro Q0);
- O tratamento contabilístico do investimento na associada "IET – Instituto Empresarial do Tâmega" com a aplicação do método da equivalência patrimonial (coluna [5] do quadro Q0);
- Reclassificação de bens entre ativos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis (coluna [9] do quadro Q0);
- Reclassificação de fundos próprios (outras variações no património líquido) para diferimentos do montante de subsídios obtidos, sem contraprestação e com condições, para aquisição de ativos depreciables, cujos investimentos se encontravam em curso (coluna [9] do quadro Q0);

No global, os ajustamentos efetuados resultaram numa diminuição do património líquido no montante de € 2.723.731,66.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right, several smaller initials below it, and the number '76' near the bottom right.

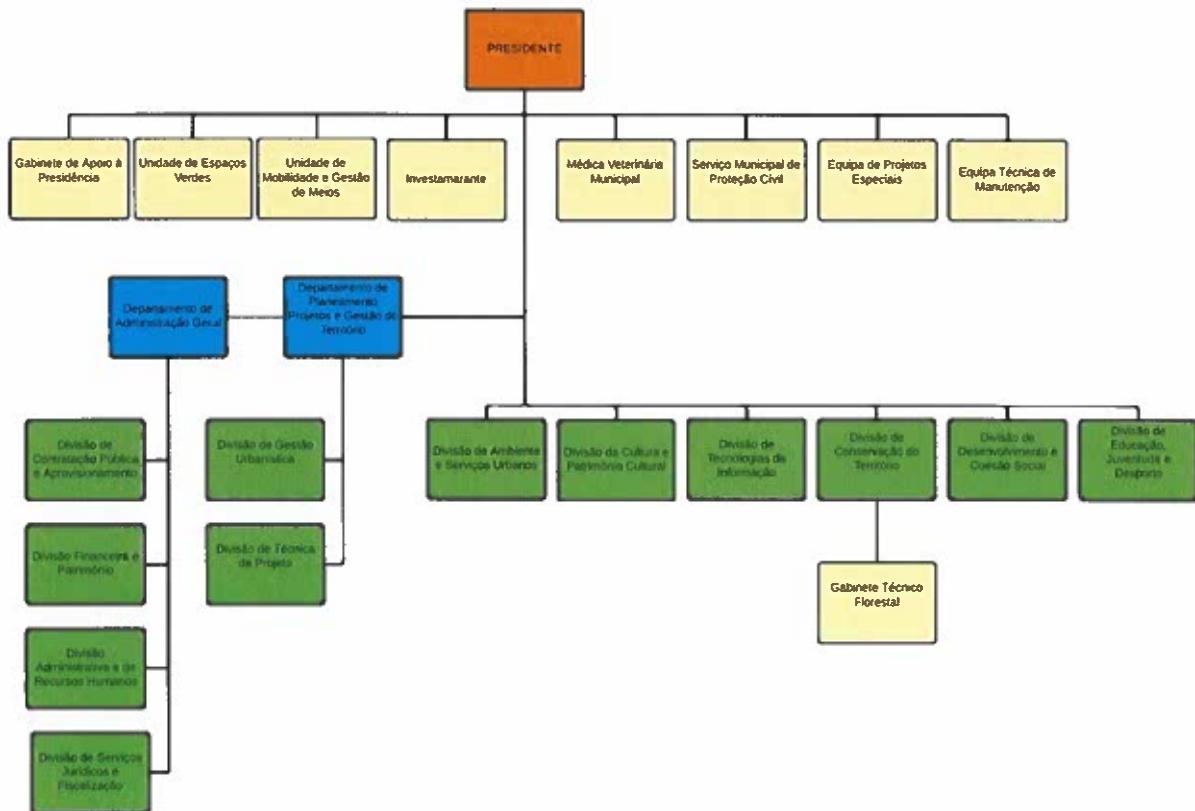
Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1. Identificação da entidade e período de relato

- a. Designação: Município de Amarante
- b. Número de Contribuinte: 501 102 752
- c. Endereço postal: Alameda Teixeira de Pascoaes, 4600-011 Amarante
- d. Período de relato: 01.01.2020 a 31.12.2020

1.1 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do Município de Amarante em 31 de dezembro de 2020, é a constante do organograma seguinte:



2. Legislação

Regime Financeiro: Lei nº.73/2013, de 3 de setembro e Decreto-Lei nº.192/2015, de 11 de setembro

Regime Jurídico: Lei nº.75/2013, de 12 de setembro

3. Descrição Sumária das Atividades

Nos termos do artº.23º do anexo I da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro, as atribuições dos municípios são:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 77.

1 - Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.

2. Os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação, ensino e formação profissional;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Acção Social;
- i) Habitação;
- j) Protecção Civil;
- l) Ambiente e saneamento básico
- m) Defesa do Consumidor
- n) Promoção do desenvolvimento
- o) Ordenamento do território e urbanismo
- p) Polícia Municipal
- q) Cooperação externa

4. Recursos humanos

a. Identificação dos responsáveis

Responsáveis pela gestão do exercício findo de 2020, de 1 de janeiro a 31 de dezembro:

José Luís Gaspar Jorge

Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente

António Manuel Pinto Ribeiro

Lucinda Silva Fonseca Moreira

Raimundo de Magalhães Carvalho

Adriano Teixeira Alves dos Santos

Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós

André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães

Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista

b. Identificação relativa a pessoal

A 31 de dezembro de 2020 o quadro de pessoal do Município integrava 764 trabalhadores (inclui GAP)

5. Referencial contabilístico e Demonstrações Financeiras

a. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte:

- i. Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor;
- ii. Sistema de Normalização Contabilística;
- iii. Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- iv. Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

Foram ainda aplicados os requisitos das NCP e de relato financeiro relevantes para a entidade.

As notas relativamente às quais se considere não haver informação para que se justifique a sua divulgação, ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão aplicáveis no presente anexo.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam as presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, e que tenham produzido efeitos materialmente relevantes.

b. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Conforme referido em a), as demonstrações financeiras referentes ao ano de 2020 foram elaboradas em conformidade com o SNC-AP.

De acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP, elaborado pela Comissão de Normalização Contabilística, as primeiras demonstrações financeiras de uma entidade preparadas nos termos do novo referencial contabilístico devem incluir o ano anterior como informação comparativa, podendo basear-se no normativo anterior (POCAL), através de uma mera conversão de saldos para as contas e rubricas das demonstrações financeiras definidas em SNC-AP, sem ter que ser reexpressas com base nas NCP relevantes. Tal circunstância resulta na perda de comparabilidade entre 2019 e 2020, sendo a mesma retomada com as demonstrações financeiras para 2021. A Comissão de Normalização Contabilística concluiu que a apresentação das constas relativas ao ano precedente (2019), nos termos do novo referencial contabilístico implicaria custos superiores aos benefícios obtidos.

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Q1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2020		2019	
Caixa		679,47		596,37
Depósitos à ordem		4 321 827,62		2 070 293,49
Depósitos bancários à ordem	4 321 827,62		2 070 293,49	
Outros depósitos		1 313 650,33		1 338 532,96
Depósitos consignados	60 316,37		297 996,27	
Depósitos de garantias e cauções	1 253 333,96		1 040 536,69	
Total		5 636 157,42		3 409 422,82

Os saldos de caixa e seus equivalentes são constituídos por saldos de gerência.

O valor apresentado em depósitos de garantias e cauções respeita a valores retidos no âmbito de procedimentos concursais para garantia da boa execução dos contratos.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade. Para o efeito, foi elaborado um balanço de abertura de 01 de Janeiro de 2020 de acordo com o Manual de Implementação do SNC-AP.

O balanço e a demonstração de resultados de 2020 foram preparadas de acordo com o SNC-AP e a informação relativa ao ano anterior baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), através de uma mera conversão dos saldos das contas e rubricas de acordo com o SNC-AP.

a. Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2).

A quantia depreciable de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta ou pelo método das quotas degressivas, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

Na transição, foram objeto de reconhecimento/desreconhecimento os Ativos Fixos Tangíveis em conformidade com as normas de contabilidade pública atuais.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 31.12.2019, exceto para os edifícios e outras construções.

b. Propriedades de investimento

São contabilizados como propriedades de investimento os terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, as Propriedades de Investimento foram objeto de reclassificação de acordo com as normas de contabilidade pública atuais.

O órgão executivo considera que o justo valor das propriedades de investimento corresponde ao seu valor líquido contabilístico.

c. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

d. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros foram mensurados, atendendo ao previsto na NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos.

Nesta componente do ativo, registre-se que se passou a utilizar o método de equivalência patrimonial relativamente à entidade Instituto Empresarial do Tâmega, tendo-se procedido ao devido ajustamento do critério de mensuração, ao novo referencial contabilístico.

Os restantes investimentos financeiros relevados no balanço encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidades.

O Município detém ainda participações em entidades não societárias, cuja participação não se encontra revelada no balanço, dado não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos no SNC-AP.

e. Acordos de concessão de serviços: Concedente

De acordo com a “NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente” os acordos de concessão de serviços devem ser reconhecidos quando o Município de Amarante controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Foi solicitado às entidades concessionárias a identificação e valorização dos ativos em concessão. Até ao momento da elaboração do presente relatório a informação não foi rececionada, pelo que não foi possível proceder ao registo contabilístico dos bens adquiridos no decurso do contrato de concessão de acordo com a “NCP 5 – Ativos fixos tangíveis”.

f. Imparidades de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, procede-se à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

g. Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O sistema de inventário adotado é o permanente, estando mensurado ao custo médio ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

h. Instrumentos financeiros

i. Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e outras contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber, por regra, seis meses após a data de vencimento.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, dado o valor nominal não diferir significativamente do custo amortizado, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependente de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação.

v. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e depósitos» correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

i. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos

e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município de Amarante não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

j. Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da entidade quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

k. Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas Outras contas a receber, Outras contas a pagar ou Diferimentos.

l. Rendimentos

As matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, são abordadas tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

m. Transferências e subsídios obtidos

A dotação do OE atribuída anualmente ao município ao abrigo da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – RFALEI), cuja transferência ocorre mensalmente, sendo o respetivo rendimento também reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se cumprirão as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimento do próprio período, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica Imputação de subsídios e transferências para investimentos) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

n. Acontecimentos após a data de relato

Os eventos ocorridos após a data de relato que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data de relato (acontecimentos que dão lugar a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras.

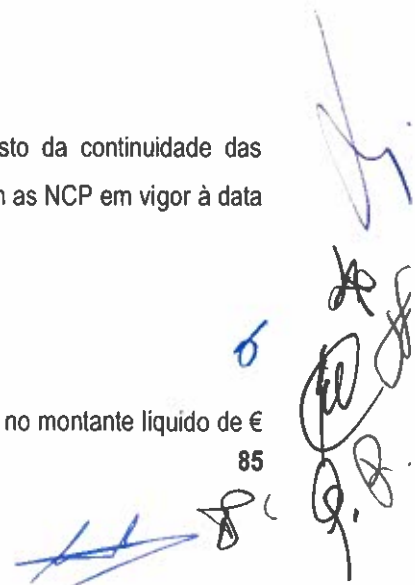
Os eventos após a data de relato que sejam indicativos de condições que surgiram após a data de relato (acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

o. Continuidade

As demonstrações financeiras do Município de Amarante foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados elaborados de acordo com as NCP em vigor à data da elaboração das mesmas.

p. Erros materiais de períodos anteriores

No período foram efetuadas regularizações de erros materiais relativos a exercício anteriores, no montante líquido de €



953.910,53, reconhecidos na conta "561 – Resultados transitados – De Períodos anteriores", conforme se discrimina:

- i) Débito no valor líquido de € 519.863,08, relativo ao desreconhecimento de um ativo fixo tangível desmantelado em anos anteriores;
- ii) Débito no valor líquido de € 140.897,84, pelo reconhecimento de perdas por imparidade de anos anteriores de "outros devedores";
- iii) Crédito no valor de € 72.967,16, pelo desreconhecimento de depreciações acumuladas;
- iv) Débito no valor de € 364.833,66, pelo desreconhecimento de investimentos em curso em ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- v) Débito no valor de € 1.283,11, relativo a regularização de gastos de períodos anteriores.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

Os valores do início do período constantes dos quadros abaixo estão reexpressos para o SNC-AP, conforme consta do quadro "Q0 – Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP".

a. Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

A quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, no início e no final do período de 2020, foi a seguinte:

Q3.1 – Ativos intangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	1 556 284,34	1 178 518,96		377 765,38	1 686 472,34	1 388 673,91		297 798,43
Programas de computador e sistemas de informação	752 832,00	678 638,55		74 193,45	771 376,97	728 776,82		42 600,15
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso	193 770,33			193 770,33	187 186,95			187 186,95
TOTAL	2 502 886,67	1 857 157,51		645 729,16	2 645 036,26	2 117 450,73		527 585,53

b. Quantia escriturada e variações do período

A quantia escriturada, no início e no final do período de 2020, foi a seguinte:

Q3.2 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações								Quantia Escriturada Final (11)=(2)+(3)+ 4)+(5)+(6)+(7) +(8)+(9)+(10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Diferenças cambiais (8)	Amortizações por período (9)	Diminuições (10)	
Ativos Intangíveis										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento	377 765,38	130 188,00						-210 154,95		297 798,43
Programas de computador e sistemas de informação	74 193,45	18 544,97						-50 138,27		42 600,15
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso	193 770,33	107 354,51	-113 937,89							187 186,95
TOTAL	645 729,16	256 087,48	-113 937,89					-260 293,22		527 585,53

i. Ativos intangíveis | Adições

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixo intangíveis:

Q3.2A - Ativos intangíveis - Adições

RUBRICAS (1)	Adições										Total (11)=(2)+(3) +(4)+(5)+(6) +(7)+(8)+(9)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Doação, herança, legado/perdido a favor do (6)	Dação em pagamento (7)	Locação financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outras (10)		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Goodwill											
Projetos de desenvolvimento		130 188,00									130 188,00
Programas de computador e sistemas de informação		18 544,97									18 544,97
Propriedade industrial e intelectual											
Outros											
Ativos intangíveis em curso		107 354,51									107 354,51
TOTAL		256 087,48									256 087,48

ii. Ativos intangíveis | Diminuições

No período de relato não se verificaram quaisquer diminuições com impacto na quantia escriturada.

[Handwritten signatures and initials]

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Q4. - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.		20A				
Exploração em regime de parceria de sistemas municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais	Águas do Norte, SA		30A				

Não foram recebidos oportunamente elementos das concessionárias que permitissem operar quaisquer movimentos contabilísticos ou divulgações adicionais.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e a partir do momento em que os ativos fixos tangíveis se encontrem disponíveis para utilização, os mesmos serão depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

Os valores do início do período constantes dos quadros abaixo estão reexpressos para o SNC-AP, conforme consta do quadro "Q0 – Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP".

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

a. Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o período de relato, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Q5.1 – Ativos fixos tangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	2 060 596,65			2 060 596,65	2 088 736,65			2 088 736,65
Edifícios e outras construções	8 926 616,50	2 737 246,65		6 189 369,85	9 023 105,36	3 104 532,89		5 918 572,47
Infraestruturas	59 378 400,81	31 872 854,55		27 505 546,26	60 354 847,26	34 850 664,01		25 504 183,25
Património histórico, artístico e cultural	704 634,50			704 634,50	799 634,50			799 634,50
Outros								
Bens de domínio público em curso	1 026 960,08			1 026 960,08	732 283,08			732 283,08
	72 097 208,54	34 610 101,20		37 487 107,34	72 998 606,85	37 955 196,90		35 043 409,95
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	17 611 182,63	12 943,81		17 598 238,82	17 719 798,09	12 943,81		17 706 854,28
Edifícios e outras construções	77 147 749,66	21 633 779,09		55 513 970,57	79 129 299,73	22 618 584,92		56 510 714,81
Equipamento básico	6 155 355,99	5 502 848,75		652 507,24	6 333 790,75	5 698 248,68		635 542,07
Equipamento de transporte	3 778 567,42	3 202 179,02		576 388,40	3 653 227,66	3 174 869,52		478 358,14
Equipamento administrativo	1 774 694,30	1 465 033,33		309 660,97	1 827 234,79	1 560 615,93		266 618,86
Equipamentos biológicos								
Outros	1 583 894,03	1 397 046,38		186 847,65	1 650 980,42	1 437 717,69		213 262,73
Ativos fixos tangíveis em curso	3 534 312,46			3 534 312,46	7 566 343,88			7 566 343,88
	111 585 756,49	33 213 830,38		78 371 926,11	117 880 675,32	34 502 980,55		83 377 694,77
TOTAL	183 682 965,03	67 823 931,58		115 859 033,45	190 879 282,17	72 458 177,45		118 421 104,72

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

b. Quantia escriturada e variações do período

Q5.2 – Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações no período								Quantia Escriturada Final (11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+ -(10)	
		Adições (3)	Transferências Internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferença s cambiais (9)	Diminuições (10)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	2 060 596,65	28 140,00									2 088 736,65
Edifícios e outras construções	6 189 369,85	10 422,69	86 066,17				-367 286,24				5 918 572,47
Infraestruturas	27 505 546,26	203 188,78	773 257,67				-2 977 809,46				25 504 183,25
Património histórico, artístico e cultural	704 634,50	95 000,00									799 634,50
Outros											
Bens de domínio público em curso	1 026 960,08	346 552,68	-641 229,68								732 283,08
	37 487 107,34	683 304,15	218 094,16				-3 345 095,70				35 043 409,95
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	17 598 238,82	79 810,00	28 805,46								17 706 854,28
Edifícios e outras construções	55 513 970,57	2 184 862,38	633 726,14				-1 373 192,31		-448 651,97		56 510 714,81
Equipamento básico	652 507,24	181 756,76					-198 721,93				635 542,07
Equipamento de transporte	576 388,40						-89 530,34		-8 499,92		478 358,14
Equipamento administrativo	309 660,97	80 922,61					-123 931,92		32,80		266 618,86
Equipamentos biológicos											
Outros	186 847,65	67 086,39					-40 671,31				213 262,73
Ativos fixos tangíveis em curso	3 534 312,46	7 630 537,03	-3 598 505,61								7 566 343,88
	78 371 926,11	10 224 975,17	-2 935 974,01				-1 826 047,81		-457 184,69		83 377 694,77
TOTAL	115 859 033,45	10 908 279,32	-2 717 879,85				-5 171 143,51		-457 184,69		118 421 104,72

Face a limitações do programa informático do património não nos é possível identificar com o devido rigor os ativos fixos em concessão relevados no balanço e a desagregação adequada das transferências internas à entidade.

De referir também que os bens de domínio público considerados nas demonstrações financeiras não incluem os resultantes de empreitadas e aquisições de terrenos anteriores a 2003 por não ter sido possível ainda terminar o respetivo trabalho de inventariação.

Registrar ainda que existem bens do ativo fixo tangível que não estão inventariados, nomeadamente os transferidos no âmbito da delegação de competências da educação em 2020.

i. Ativos fixos tangíveis | Adições

Durante o período do relato, verificaram-se as seguintes adições em ativos fixo tangíveis:

Q5.2A - Ativos fixos tangíveis - Adições

RUBRICAS (1)	Adições										Total (12)=(2)+(3)+(4) +(5)+(6)+(7)+(8) +(9)+(10)+(11)	
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferência ou troca (5)	Expropriação (6)	herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)		
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais		28 140,00										28 140,00
Edifícios e outras construções		10 422,69										10 422,69
Infraestruturas		203 188,78										203 188,78
Patrimônio histórico, artístico e cultural		95 000,00										95 000,00
Outros												
Bens de domínio público em curso		346 552,68										346 552,68
		683 304,15										683 304,15
Ativos fixos em concessão												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções												
Infraestruturas												
Patrimônio histórico, artístico e cultural												
Ativos fixos em concessão em curso												
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais		79 810,00										79 810,00
Edifícios e outras construções		2 184 862,38										2 184 862,38
Equipamento básico		181 756,76										181 756,76
Equipamento de transporte												
Equipamento administrativo		80 922,61										80 922,61
Equipamentos biológicos												
Outros		67 086,39										67 086,39
Ativos fixos tangíveis em curso		7 630 537,03										7 630 537,03
		10 224 975,17										10 224 975,17
TOTAL		10 908 279,32										10 908 279,32

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature and several smaller initials, located at the bottom right of the page.

ii. Ativos fixos tangíveis | Diminuições

No período de relato, verificaram-se as seguintes diminuições em ativos fixos tangíveis:

Q5.2B - Ativos fixos tangíveis - Diminuições

RUBRICAS (1)	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	Total (7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Bens de domínio público, património histórico,						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções					-448 651,97	-448 651,97
Equipamento básico						0,00
Equipamento de transporte					-8 499,92	-8 499,92
Equipamento administrativo					-32,80	-32,80
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
					-457 184,69	-457 184,69
TOTAL					-457 184,69	-457 184,69

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

"Atualmente, no que concerne aos financiamentos obtidos estão mensuradas pelo seu valor nominal considerando que o efeito do valor temporal do dinheiro não é materialmente relevante. O Município tem conseguido financiamentos em maturidades semelhantes ou superiores com taxa de juro inferior a 1% e mesmo zero no caso dos empréstimos BEI e subvenções reembolsáveis."

Considerando a imaterialidade da adoção do critério do custo amortizado relativamente aos empréstimos bancários obtidos, não se procedeu a qualquer alteração.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

Informação no ANEXO I - Q7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários.

92

Nota 8 - Propriedades de investimento

Na transição do POCAL para SNC-AP, o reconhecimento das propriedades de investimento baseou-se no modelo de custo, isto é, no custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Ver também a Nota 2

Os valores do início do período constantes dos quadros abaixo estão reexpressos para o SNC-AP, conforme consta do quadro "Q0 – Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP".

a. Variação das depreciações e perdas por imparidades acumulada

Durante o período de relato, a quantia escriturada relativa a propriedades de investimento, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Q8.1 – Propriedades de investimento - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia Bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9)=(6)-(7)-(8)
Bens de Domínio Público								
Terrenos e Recursos Naturais								
Edifícios e Outras Construções								
Outras Propriedades de Investimento	169 159,39	62 376,32	0,00	106 783,07	169 159,39	65 759,48	0,00	103 399,91
Propriedades de Investimento em Curso								
TOTAL	169 159,39	62 376,32	0,00	106 783,07	169 159,39	65 759,48	0,00	103 399,91

b. Quantia escriturada e variações do período

As propriedades de investimento sofreram, durante o período do relato, as seguintes variações:

Q8.2 – Propriedades de investimento - Quantia escriturada e movimentos do período (modelo do custo)

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Variações							Quantia Escriturada Final (10)=(2)+(3)+(4)+ +(5)+(6)+(7)+(8)+ (9)
		Adições (3)	Transferências Internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diminuições (9)	
Bens de Domínio Público									
Terrenos e Recursos Naturais									
Edifícios e Outras Construções	106 783,07						-3 383,16		103 399,91
Outras PI									
PI em Curso									
TOTAL	106 783,07						-3 383,16		103 399,91

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones, along with the number 93.

Nota 9 – Imparidades de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

Q9 – Imparidades de ativos

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Participações financeiras		5 877 403,03	870 660,06	5 006 742,97
Clientes, contribuintes e utentes		370 251,90	321 028,30	49 223,60
Outras contas a receber		6 147 921,03	332 531,14	5 815 389,89
Total	0,00	12 395 575,96	1 524 219,50	5 055 966,57

No período foram constituídas imparidades para participações financeiras no montante de € 1.955,43.

Os clientes, contribuintes e utentes verificaram no período uma reversão de perdas por imparidades no valor de € 56.884,81.

Por sua vez, os outros devedores registaram no período um acréscimo das perdas por imparidade no montante de € 76.172,17.

Nota 10 - Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O sistema de inventário adotado pelo Município é o permanente, estando mensurado ao custo médio ponderado.

a. Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Q10.1 – Inventários

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias			
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	15 657,85		15 657,85
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	15 657,85		15 657,85

b. Inventários - movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:



Q10.2 – Inventários - movimentos do período

Rubrica	Movimentos do período								Quantia escriturada final
	Quantia escriturada Inicial	Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos Inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de Inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Mercadorias									
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	38 074,66	421 444,59	443 861,40						15 657,85
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	38 074,66	421 444,59	443 861,40						15 657,85

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Esta nota reporta-se ao tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Os rendimentos provenientes de transações com contraprestação, e relevados durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Q13 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	503 866,27				
Vendas					
Outras	25 556,99				
Prestação de serviços					
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	275,00				
Cemitérios	16 072,70				
Mercados e feiras	31 503,36				
Serviços Sociais	17 914,93				
Outros	1 369 690,01				
Outros subcontratos ou concessões	1 510 654,16				
Rendas em propriedades de investimento					
Rendas de edifícios e outras construções	208 901,67				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Outros	1 651 197,79				
TOTAL	5 335 632,88				

Considerando que o município se encontra a desenvolver trabalhos de avaliação de dívidas registadas de períodos anteriores, muitas delas prescritas, optou-se pela não inclusão na coluna quantias a receber.

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, e relevados durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Q14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	417 409,44				
Imposto municipal sobre imóveis	4 207 638,53				
Imposto único de circulação	1 271 637,40				
Impostos indiretos					
Loteamentos e obras	117 043,65				
Ocupação da via pública	116 123,15				
Taxa municipal de direitos de passagem	14 140,51				
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	35,19				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1 547 216,24				
Outros	246,08				
Taxas, multas e outras penalidades					
Multas e outras penalidades	8 084,22				
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	13 251 044,00				
Fundo Social Municipal (FSM)	1 188 159,00				
Participação IRS	1 297 118,00				
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	800 503,33				
Participação do IVA	215 894,70				
Outras	1 223 168,42				
Serviços e Fundos Autónomos	140 644,54				
Administração Local	76 030,49				
Resto do Mundo	58 829,33				
Reversões					
De perdas por imparidade	56 884,81				
De provisões	63 670,20				
TOTAL	26 071 521,23				

Considerando que o município se encontra a desenvolver trabalhos de avaliação de dívidas registadas de períodos anteriores, muitas delas prescritas, optou-se pela não inclusão na coluna quantias a receber.

No âmbito das transações sem contraprestação, o município adota as políticas e métodos contabilísticos previstos na NCP 14. Para o efeito, consideram-se transações sem contraprestação:

- transações em que a entidade recebe recursos, mas não dá como retorno qualquer retribuição, ou dá apenas uma retribuição simbólica;
- transações em que a entidade pode proporcionar uma retribuição, diretamente como contrapartida dos

serviços recebidos, mas essa retribuição não se aproxima do justo valor dos recursos recebidos.

As transações sem contraprestação podem estar sujeitas a especificações relativas a um ativo transferido, podendo estas ser condições ou restrições. As especificações são obrigatórias por força de processos legais ou administrativos. Se uma cláusula estabelecida por lei ou regulamento, ou outro acordo vinculativo, não for suscetível de ser obrigatória, não é uma especificação. As obrigações construtivas não têm origem em especificações e são enquadradas na NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As condições sobre ativos transferidos, exigem que a entidade consuma os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do ativo conforme especificado, ou restitua os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço ao cedente, no caso de as condições serem violadas. As restituições sobre ativos transferidos não incluem um requisito de que o ativo transferido, ou outros benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, deva ser devolvido ao cedente caso o ativo não seja utilizado conforme especificado.

Registe-se que relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis e à Derrama, são impostos municipais cuja liquidação e cobrança em N é diferida face ao facto gerador N-1, se procedeu à sua especialização, no que respeita às transferências de participação no IRS e IVA, embora sejam apurados com base em receitas destes impostos de exercícios anteriores tem facto gerador para o Município no ano em que é liquidado e pago pelo Estado, pelo que os montantes foram contabilizados nesta conformidade.

Ver também a Nota 2

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente a Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, a quantia escriturada no início, no final, os aumentos e diminuições do período, contam do quadro seguinte:

Q15 – Provisões

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	166 801,83						63 670,20		63 670,20	103 131,63
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões	398 970,70						398 970,70		398 970,70	0,00
Total	565 772,53						462 640,90			103 131,63

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para 103.131,63€, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem

decisões desfavoráveis ao Município.

O montante referente a outras provisões, respeita à regularização da provisão constituída em 2019 relativa ao alcance à tesouraria verificado em exercícios anteriores. No âmbito da verificação Interna da Conta de 2016 do Município de Amarante, realizada pelo Tribunal de Contas, notificou conforme ponto 12 Projeto de Recomendações, vi. "Efetuar a regularização contabilística dos saldos das diversas contas bancárias de depósito à ordem, no valor de 398.970,70€, nos termos propostos pela ficha de apoio técnico n.º 4/2014 do SATAPOCAL.", sendo que esta regularização de provisões se enquadra neste contexto.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Depois das duas primeiras vagas do COVID-19 ocorridas durante 2020, cujos impactos são reconhecidos e divulgados nas respetivas demonstrações financeiras daquele exercício, a Pandemia registou nos primeiros dois meses de 2021 (terceira vaga) um subsequente e severo agravamento que, somente neste curto período, terá ultrapassado o número de incidentes (infetados e óbitos) de todo o ano de 2020.

Uma vez que esta Pandemia tem tido e continua a ter um impacto social e económico muitíssimo significativo, voltando a gerar um elevado grau de incerteza, as implicações no relato financeiro têm sido e podem continuar também a ser muito significativas.

A generalidade das medidas de combate à COVID-19 implementadas em 2020 e referidas no capítulo III deste documento, manter-se-ão em 2021, sendo o impacto das mesmas objeto de relato no âmbito da prestação de contas do exercício 2021.

Importa ainda salientar que, no dia 25 de maio de 2021, foi recebido do Tribunal de Contas a seguinte resposta referente à regularização do alcance de 398.970,70 €:

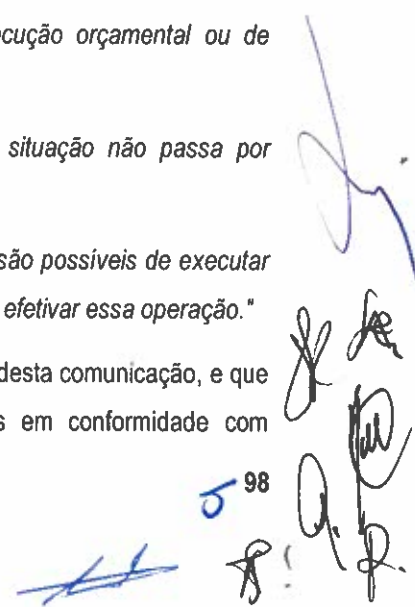
"A regularização do alcance pressupõe a assunção de um custo extraordinário, e que de facto, afete a execução orçamental.

Não depende da retificação de saldos finais ou iniciais de um exercício, sejam de execução orçamental ou de tesouraria.

De facto, o TC não conhece as limitações da vossa plataforma informática, mas esta situação não passa por modificação de saldos.

Assim, e dado que as operações contabilísticas preconizadas na FAC do SATAPOCAL não são possíveis de executar por vós, devem solicitar junto das entidades com competências consultivas a melhor forma de efetivar essa operação."

Considerando que o exercício orçamental de 2020 se encontra encerrado, à data da receção desta comunicação, e que os registos contabilísticos de regularização na contabilidade financeira foram efetuados em conformidade com



orientações anteriores do Tribunal de Contas e da FAT n.º 4/2014 da SATAPOCAL, por limitações da aplicação de suporte ao sistema contabilístico, e na senda das orientações anteriores descritas, procedeu-se à regularização da quebra no saldo orçamental nos termos melhor descritos no ponto "4. Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

a. Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

É política do Município reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ver também Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

b. Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros a 31.12.2020 têm a seguinte composição:

Q18.2 – Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros

Descrição	Quantia escriturada
Ativos financeiros	
Devedores por transferências e subsídios	
Devedores por empréstimos bonificados	
Cientes, contribuintes e utentes	46 242,66
Outras contas a receber	5 815 389,89
Ativos financeiros detidos para negociação	
Outros ativos financeiros	
Caixa e depósitos	5 636 157,42
Passivos financeiros	
Credores por transferências e subsídios concedidos	
Fornecedores	228 527,07
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	
Financiamentos obtidos	14 648 584,88
Fornecedores de investimentos	1 906,50
Outras contas a pagar	3 082 950,42



c. Quantia escriturada do património líquido

No período o património líquido verificou as seguintes alterações:

Q18.3 – Quantia escriturada do património líquido

Descrição	Quantia inicial (1)	Adições (2)	Diminuições (3)	Quantia final (4)=(1)+(2)-(3)
Património/Capital	89 193 216,28			89 193 216,28
Outros instrumentos de capital próprio				0,00
Prémios de emissão				0,00
Reservas	2 565 827,08			2 565 827,08
Resultados transitados	-3 969 703,62	2 820 283,72	2 440 119,50	-3 589 539,40
Ajustamentos em ativos financeiros	781 405,35		34 793,43	746 611,92
Excedentes de revalorização				0,00
Outras variações no património líquido	22 279 531,85	3 470 916,20	1 208 035,67	24 542 412,38

Os valores do início do período constantes do quadro acima estão reexpressos para o SNC-AP, conforme consta do quadro "Q0 – Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP".

Os movimentos do período respeitam a:

Resultados Transitados

A conta de resultados transitados foi movimentada em 2020 pela aplicação do resultado líquido do exercício de 2019 e por diversas regularizações não frequentes e de grande significado que não devem afetar o resultado líquido de 2020.

Ajustamentos em ativos financeiros

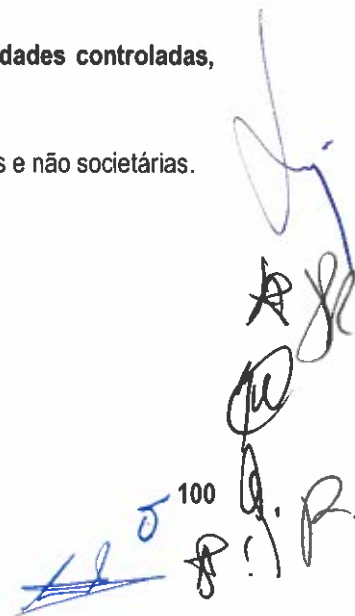
O movimento de diminuição respeita à aplicação do método da equivalência patrimonial à entidade IET – Instituto Empresarial do Tâmega.

Outras variações no património líquido

Nesta componente estão registados os movimentos relacionados com transferências/subsídios recebidos, conforme descrito na Nota 2.

d. Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

No quadro seguinte apresentam-se os investimentos financeiros e relação das entidades societárias e não societárias.



Q18.3 – Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
			Compras	Reversões de perdas por Imparidades	Outros	Alienações	Perdas por imparidades	Outras	
CARNAGRI - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, SA	2,10%	113 308,16					1 955,43		111 352,73
Agência de Desenvolvimento Regional do Entre Douro e Tâmega,		12 070,87							12 070,87
Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	3,06%	244 470,00							244 470,00
Promoção e Gestão de Parques Empresariais do Entre Douro e Tâmega SA	5,00%	100 000,00							100 000,00
Instituto Empresarial do Tâmega (IET)	49,42%	1 250 405,35						43 836,48	1 206 568,87
DOLMEN - Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, CRL	0,70%	1 250,00							1 250,00
Escola Profissional do Entre Douro e Tâmega, SA		0,00							0,00
Águas do Norte, S.A.	0,61%	1 771 530,00							1 771 530,00
Águas do Douro e Paiva, SA	2,99%	624 000,00							624 000,00
Fundo de Apoio Municipal		935 500,50							935 500,50
AMBT-Associação de Municípios do Baixo Tâmega	20,00%								0,00
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,39%								0,00
Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa)	9,09%								0,00
Turismo do Porto e Norte	n.a								0,00
Conflitos de Consumo do Ave - Tâmega e Sousa									0,00
Rutis - Associação Rede de Universidades de 3ª Idade									0,00
ATP - Associação de Turismo do Porto									0,00
TOTAL									5 006 742,97

Os valores do início do período constantes do quadro acima estão reexpressos para o SNC-AP, conforme consta do quadro "Q0 – Reconciliação para o balanço de abertura de acordo com o SNC-AP".

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Estabelece a NCP 19 que as responsabilidades por benefícios de curto prazo, nos quais se incluem remunerações certas e permanentes (salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de natal, e despesas de representação), abonos variáveis ou eventuais e contribuições para regimes de proteção obrigatórios, são mensurados numa base não descontada, uma vez que não existe a possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Assim, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas pela quantia não descontada:

- i. como um passivo, em acréscimo de gastos, das quantias relativas aos direitos, nomeadamente de férias e

101

subsídio de férias do período, que são somente pagas durante o período de relato seguinte.

- ii. como um gasto, exceto se outra norma (NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis e NCP 10 - Inventários) exija ou permita a inclusão destes benefícios no custo de um ativo;
- iii. como um ativo, em gasto antecipado, se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, na extensão em que o pré-pagamento conduza, por exemplo, a uma redução em pagamentos ou a uma devolução de dinheiro;

Ver também Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | j. Benefícios dos empregados.

Foram reconhecidos no período do relato, como passivos relativos a benefícios de curto prazo respeitantes a remuneração de férias e remuneração de subsídio de férias, em *Credores por acréscimos de gastos | Remunerações a liquidar*, no montante de 1.592.628,93€

Nota 23 – Outras divulgações

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Amarante ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

102

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures in blue ink. A circular stamp with the number '102' is visible. There are also some illegible handwritten notes or initials.